

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

RAISSA LAMADRIL DA SILVA SILVEIRA

**“RESSONÂNCIAS DE UMA LEI”: PRESCRIÇÕES PEDAGÓGICAS SOBRE
O ENSINO PROFISSIONALIZANTE NA REVISTA DO ENSINO DO RIO
GRANDE DO SUL (1970)**

Bagé

2024

RAISSA LAMADRIL DA SILVA SILVEIRA

**“RESSONÂNCIAS DE UMA LEI”: PRESCRIÇÕES PEDAGÓGICAS SOBRE
O ENSINO PROFISSIONALIZANTE NA REVISTA DO ENSINO DO RIO
GRANDE DO SUL (1970)**

Dissertação de Mestrado
apresentado ao Programa de Pós-
Graduação Mestrado Acadêmico em
Ensino, da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Mestre em
Ensino.

Orientador: Alessandro Carvalho Bica

Bagé

2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

S587" Silveira, Raissa Lamadril da Silva Silveira
"Ressonâncias de uma lei:" prescrições pedagógicas sobre o
ensino profissionalizante na Revista do Ensino do Rio Grande
do Sul / Raissa Lamadril da Silva Silveira Silveira.
100 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM ENSINO, 2024.
"Orientação: Alessandro Carvalho Bica Bica".

1. História da Educação. 2. Ensino Profissionalizante. 3.
Impressos Educacionais. 4. Imprensa de Educação e Ensino. I.
Título.

RAISSA LAMADRIL DA SILVA SILVEIRA**“RESSONÂNCIAS DE UMA LEI”: PRESCRIÇÕES PEDAGÓGICAS SOBRE O ENSINO
PROFISSIONALIZANTE NA REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL (1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Dissertação defendida e aprovada em: 27 de março de 2024.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica
Orientador
(Unipampa)

Prof.^a Dr.^a Vania Grim Thies
(UFPEl)

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina da Silva Rodrigues
(Unipampa)



Assinado eletronicamente por **ALESSANDRO CARVALHO BICA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/03/2024, às 19:53, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Vania Grim Thies, Usuário Externo**, em 07/05/2024, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ANA CRISTINA DA SILVA RODRIGUES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/05/2024, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1402049** e o código CRC **C7401859**.

Em memória.

Sigo dedicando minhas conquistas àquele que me ensinou sobre escuta, sobre ternura e o poder revolucionário que o gesto de amar possui, meu mais benquisto avô, Homero da Silva Silveira.

AGRADECIMENTOS

Caríssimos,

pensar na escrita desta seção, certamente me remete à Raissa que, em 2018, quando chegou nesta universidade que a acolheu, jamais pensou na proporção que este caminho tomaria, e tomou. Poder apresentar, nas páginas seguintes, esta pesquisa e seus resultados, é sinônimo de uma conquista que é muito maior do que cabe na palavra *dissertação*. É entender que, uma cidadã como eu, filha de pais que trabalham diariamente e que me ensinaram sobre batalhar para conseguir uma qualidade de vida digna, conseguiu ter o acesso e a permanência garantidos nesta instituição devido aos companheiros e companheiras que, outrora, lutaram por ela.

Pensar na conclusão de uma parte desse processo que se finda aqui, é olhar para atrás e analisar o quanto caminhamos, seja na graduação, seja agora, na pós-graduação. É compreender a importância da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e do fomento das Políticas Públicas que permitiram tal realização, e que hoje dá condições de inúmeros sonhos, que muitas vezes parecem distantes, ser alcançados, propiciando diversos espaços de troca de conhecimento, por meio de uma educação gratuita, de compromisso e de qualidade. Eis a Unipampa, em seus dez campi.

Como fruto desta instituição, é inegável o quanto a espiral do conhecimento se alargou, e dos inúmeros afetos que esse percurso me proporcionou, já que esse caminho individual foi trilhado no coletivo. Aqui, no entanto, tomo a liberdade de destacar alguns deles: inicialmente, aos meus pais, que foram primorosos ao fazer o (im)possível para que eu tivesse uma educação de qualidade, que suportaram os altos e baixos do mundo acadêmico e que sempre me perguntaram sobre como estava lá na *Uni*. Vocês só não terão o diploma, mas dividem todos os louros desse processo comigo.

Ainda nesse elo fraterno, agradeço ao meu afilhado Davi, que mesmo tão pequeno, no auge da sua infância, divide e ousa compreender meus momentos de estudo, o tempo reduzido e a correria de eventos. Que meu exemplo siga te incentivando a este caminho e que nunca esqueçamos quais renúncias são necessárias para conquistar um sonho, decerto que é justo que muito custe aquilo que muito vale.

Aos que dividiram e, porque não, viveram de perto essa caminhada, meus colegas e amigos, obrigada pelas descontrações, brincadeiras, palavras de ânimo, momentos em que só uma mão poderia ajudar a subida e a volta para o prumo, sem dúvidas, se não fosse com vocês, o sabor seria outro. Que nunca nos esqueçamos do que aqui vivemos e de tudo que nos transformou; que levemos as boas práticas, bons costumes e todas as outras coisas boas que edificam a vida uns dos outros; sempre – sempre, na perspectiva de construir, edificar, e nunca de derrubar ou arruinar.

Aproveito e agradeço ao meu orientador de vida acadêmica, Alessandro Carvalho Bica, por ter me acolhido, lá em 2018, no Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos (PHERA). Obrigada pelo companheirismo no caminho até aqui, pelas trocas, aprendizagens e parcerias. Generoso foi o tempo que permitiu tamanha experiência e agradecida fico pela paciência que teve comigo nestes últimos tempos. Reafirmo que o caminho da pesquisa no qual me insiro foi aberto e estimulado por ti e que, desta forma, se tornou mais leve.

Aos docentes que me acompanharam, na rede básica, no ensino superior, e aos que passaram na pós-graduação, fica o meu agradecimento pelo esforço coletivo para que esse caminho fosse possível. Certamente, o sujeito em que me tornei hoje é atravessado historicamente pelos ensinamentos positivos que de todos vocês carrego comigo, na esperança de ser uma profissional melhor e que eles possam colaborar com a minha prática.

Na certeza de que o futuro não é um lugar, mas sim uma construção diária que requer escolhas, renúncias e bastante disciplina, aqui, se alcança mais um degrau, na convicção de que estamos mais perto do que antes, embora ainda não estejamos lá. Seguimos!

“A tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada “cidadão” possa se tornar “governante”.”

(Antonio Gramsci)

RESUMO

Considerando as modificações que o ensino passa ao longo dos anos devido as reformulações nas leis que o regem e, que tais normativas são repassadas por meio dos documentos oficiais, esta pesquisa se insere na perspectiva de desvelar como o ensino profissionalizante passa a ser parte integrante da organização escolar a partir da reforma educacional via lei nº 5692/71. Com isso, se adota um impresso educacional para análise, a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (RE/RS), que foi um veículo de ampla circulação e de elevado prestígio social durante seu período de funcionamento (1939-1942 / 1951-1994), que se colocava à disposição dos professores e que vem se consolidando como potente fonte de pesquisa em História da Educação. Como questão de pesquisa, se tem o seguinte questionamento: de que maneira a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul materializou em suas páginas as mudanças prescritas para o ensino de 1º e 2º graus preconizadas pela Reforma do Ensino de 1971?. A partir de tal indagação, se formulou o objetivo geral que consiste em analisar as prescrições pedagógicas estabelecidas ao ensino profissionalizante dispostas pela Reforma do Ensino de 1971 na Revista do Ensino, nas edições da década de 1970. Já os objetivos específicos são os que seguem: i) verificar como o ensino profissionalizante é apresentado/abordado pela RE/RS; ii) analisar as relações entre as prescrições pedagógicas destinadas ao ensino profissionalizante na reforma nº 5692/71 e abordadas na RE/RS; e iii) decompor/sistematizar as sugestões de atividades didáticas indicadas envolvendo o ensino profissionalizante e suas relações com a reforma de 1971 na RE/RS. Do ponto de vista teórico, trata-se de um estudo desenvolvido sob o prisma da pedagogia Histórico-Crítica, de Dermeval Saviani, que defende ser possível compreender a prática educativa a partir da leitura da estrutura social em que ela está posta, e, só assim, é possível compreendê-la como fruto dessa concepção. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa documental, amparando-se em Alessandra Pimentel, que propõe um diálogo com o documento, a fim de comprovar ou refutar as hipóteses/pergunta de pesquisa de maneira a articular o contexto sócio-histórico para esse debate. A análise e discussão dos dados consideram duas categorias de análise, sendo elas: i) desdobramentos da lei 5692/71 na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul; e ii) prescrições pedagógicas e reforma do ensino: de que maneira o impresso articulou?. Os resultados apontam que, de fato, houve um empenho da Revista do Ensino em propagar as novas mudanças propostas

pelo sistema educacional, ocasionadas pela lei 5692/71, considerando a educação como mecanismo de ação para o desenvolvimento econômico que surgia. Para isso, o impresso também se valeu de sugestões de atividades que reforçassem a formação do sujeito para sua inserção no mercado de trabalho, como estratégia de fomentar um planejamento que desse conta de suprir a nova demanda. Por fim, se considera a bifurcação com a qual a Revista trabalhou, dando conta, de um lado, de servir de apoio no que se referia à reforma, enquanto do outro, sugerindo atividades. Houve um empenho em continuar servindo aos docentes como maneira de seguir com o legado do documento e, além disso, anunciar as transformações propostas pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Revista do Ensino do Rio Grande do Sul; Ensino Profissionalizante; Lei 5692/71; História da Educação.

ABSTRACT

Considering the changes that teaching has undergone over the years due to reformulations in the laws that govern it and that such regulations are passed on through official documents, this research is part of the perspective of unveiling how vocational education becomes an integral part of school organization following the educational reform via law nº 5692/71. With this, an educational form is adopted for analysis, the *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (RE/RS)*, which was a vehicle with wide circulation and high social prestige during its period of operation (1939-1942 / 1951- 1994), which was made available to teachers and which has been consolidating itself as a powerful source of research in the History of Education. As a research question, the following question arises: how did the *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul* materialize in its pages the changes prescribed for primary and secondary education recommended by the 1971 Education Reform? From this inquiry, the general objective was formulated, which consists of analyzing the pedagogical prescriptions established for vocational education laid out by the 1971 Education Reform in the *Revista do Ensino*, in the editions of the 1970s. The specific objectives are as follows: i) verify how vocational education is presented/addressed by RE/RS; ii) analyze the relationships between the pedagogical prescriptions intended for vocational education in reform nº 5692/71 and addressed in RE/RS; and iii) decompose/systematize the suggestions for recommended teaching activities involving vocational education and its relations with the 1971 reform in RE/RS. From a theoretical point of view, this is a study developed under the prism of Historical-Critical pedagogy, by Dermeval Saviani, which argues that it is possible to understand educational practice from the reading of the social structure in which it is placed, and, only therefore, it is possible to understand it as a result of this conception. In methodological terms, it is a documentary research, based on Alessandra Pimentel, who proposes a dialogue with the document, in order to prove or refute the hypotheses/research question in order to articulate the socio-historical context for this debate. The data analysis and discussion consider two categories of analysis, namely: i) developments of law 5692/71 in the *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul*; and ii) pedagogical prescriptions and teaching reform: how did the printed matter articulate it? The results indicate that, in fact, there was a commitment by *Revista do Ensino* to propagate the new changes proposed by the educational system, caused by law 5692/71, considering education as a mechanism of action for the emerging economic development. To this end, the printed material also

made use of suggestions for activities that would reinforce the subject's training for their insertion into the job market, as a strategy to encourage planning that could meet the new demand. Finally, the bifurcation with which the Magazine worked is considered, on the one hand, serving as support regarding the reform, while on the other, suggesting activities. There was a commitment to continue serving teachers as a way of continuing with the legacy of the document and, in addition, announcing the transformations proposed by the Secretariat of Education and Culture of the State of Rio Grande do Sul.

Keywords: Rio Grande do Sul Teaching Magazine; Vocational Education; Law 5692/71; History of Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Delimitação do Tema de Pesquisa.....	35
Figura 2 - Currículo do Ensino de 1º Grau	76
Figura 3 - Currículo do Ensino de 1º Grau e 2º Grau	77
Figura 4 - Lançamento de livro sobre a Reforma do Ensino	80
Figura 5 – Retrato da escola Parobé	87
Figura 6 – Atividades desenvolvidas na escola Parobé.....	88
Figura 7 – Crianças fazendo bolo.....	88
Figura 8 – Crianças engraxando sapatos.....	89
Figura 9 – Escola técnica de Parobé.....	90
Figura 10 – Setor de produção e treinamento	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Busca em banco de dados	36
Tabela 2 – Edições da RE/RS sob análise	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas de uma Revisão Sistemática de Literatura	34
Quadro 2 – Critérios de inclusão e de exclusão	37
Quadro 3 – Trabalhos selecionados para leitura	38
Quadro 4 – Principais autores encontrados	40
Quadro 5 – Estrutura LDB/61	49

LISTA DE SIGLAS

AGP – Apoio a Grupo de Pesquisa

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEIHE – Centro de Estudos e Investigações em História da Educação

CEIPEV – Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana

CFE – Conselho Federal de Educação

CPOE/RS – Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

GEEHN – Grupo de Estudos em Educação, Histórias e Narrativas

GT – Grupo de Trabalho

HE – História da Educação

HISALES – Centro de memória e pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares

IC – Iniciação Científica

LDB/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/1961

LP – Língua Portuguesa

PPGMAE – Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Ensino

PHERA – Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos

RDT – Repositório Digital Tatu

RE/RS – Revista do Ensino do Rio Grande do Sul

RSL – Revisão Sistemática de Literatura

SEC – Secretaria Estadual de Educação

SESP/RS – Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio Grande do Sul

SciELO - *Scientific Electronic Library Online*

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCH – Teoria do Capital Humano

UFPeI – Universidade Federal de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UPA – Universidade de Porto Alegre

Unipampa – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1	PALAVRAS INICIAIS.....	19
1.1	O encontro ao objeto de pesquisa.....	27
2	O ESTADO DA ARTE: POR ONDE ECOAM OS DISCURSOS SOBRE A REVISTA DO ENSINO E A LEI 5692/71?.....	33
3	CENÁRIO DE PESQUISA.....	47
3.1	Movimentações sociais e embates educacionais: o Brasil de 1970.....	47
4	O IMPRESSO COMO FONTE: A REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL.....	53
4.1	Vozes da imprensa: um enfoque na Imprensa de educação e ensino.....	64
5	PERCURSO DA PESQUISA.....	68
6	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	71
6.1	Os desdobramentos da lei 5692/71 na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul.....	71
6.2	Prescrições pedagógicas e reforma do ensino: de que maneira o impresso articulou?.....	86
7	PALAVRAS FINAIS.....	94
	REFERÊNCIAS	

1 PALAVRAS INICIAIS

Pensar o ensino ao longo do tempo, suas rupturas, permanências e continuidades tem sido objeto de estudo de inúmeros pesquisadores que se propõem a tentar compreender de que maneira o sistema educacional tem se organizado, a partir dos indícios e pistas dispostos nos documentos que o regulamentam e que se constituem como suas normativas legais. Com isso, essa pesquisa se insere na perspectiva do ensino profissionalizante que passou a ser parte integrante da organização escolar, a partir da reformulação realizada no ensino via lei nº 5692/71, que promoveu inúmeras transformações educacionais e a inserção de novas concepções de aprendizagem.

Dessa maneira, e partindo da compreensão de que, na década de 1970, a educação é pensada como ferramenta capaz de viabilizar o desenvolvimento social e econômico do país e, ainda, o fator de que as reformas articuladas eram passadas e divulgadas ao magistério por meio de documentos oficiais, é que se toma a análise a partir da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (RE/RS)¹², que foi um impresso educacional de ampla circulação na época (1939-1942 / 1951-1994), e que tem sua eficácia comprovada, como propagadora das diretrizes governamentais, a partir de pesquisas já realizadas³, sendo um veículo de comunicação do discurso em vigência.

Como problemática de pesquisa, isto é, interrogação que deu origem a este trabalho, se tem a seguinte questão: de que maneira a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul materializou em suas páginas as mudanças prescritas para o ensino de 1º e 2º graus preconizadas pela Reforma do Ensino de 1971?. Como objetivo geral, portanto, se pretende analisar as prescrições pedagógicas estabelecidas ao ensino profissionalizante dispostas pela Reforma do Ensino de 1971 na Revista do Ensino, nas edições da década de 1970. Quanto aos objetivos específicos, são os que seguem: i) verificar como o ensino profissionalizante é apresentado/abordado pela

¹ A discussão ampla a respeito da visibilidade do impresso educacional em questão pode ser conferida detalhadamente na seção 4 deste trabalho intitulada “O impresso como fonte: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul”. Essa também será a sigla utilizada para se referir à supracitada Revista e, ao longo do trabalho, às vezes, apenas Revista do Ensino, uma vez que já foi sinalizado que se trata da revista do estado do Rio Grande do Sul.

² As edições digitais da Revista do Ensino podem ser conferidas no site do Repositório Digital Tatu (<http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/index.php/revistas/>), já as edições físicas estão disponíveis no Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE) e Centro de memória e pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (HISALES).

³ Na seção 2, intitulada “O estado da arte: por onde ecoam os discursos sobre a Revista do Ensino e a lei 5692/71?” esta discussão é realizada.

RE/RS; ii) analisar as relações entre as prescrições pedagógicas destinadas ao ensino profissionalizante na reforma nº 5692/71 e abordadas na RE/RS; e iii) decompor/sistematizar as sugestões de atividades didáticas indicadas envolvendo o ensino profissionalizante e suas relações com a reforma de 1971 na RE/RS.

Contudo, antes de dar desenvolvimento às discussões que sustentam a análise pretendida, é preciso tecer algumas considerações. A primeira delas está alicerçada no trabalho em História da Educação (HE) por meio dos impressos educacionais, e que, por consequência, também se utilizam do dispositivo da imprensa para suas análises. É preciso, portanto, validar que, por muito tempo, apenas os documentos oficiais⁴ eram objeto de estudo da HE e que, a partir da ampliação do conceito de fonte de pesquisa (IVASHITA, 2014), novos materiais estão sendo manipulados e compreendidos como também repletos de informações que precisam ser decompostas e que podem servir à HE, dado o elemento de que, por vezes, somente as fontes oficiais são documentos insuficientes para a análise.

Ivashita (2014) aponta a questão de que é o pesquisador no presente que levanta interrogações em relação ao passado (p. 4), mas que “os historiadores da educação dependem, nas suas investigações, não apenas das questões formuladas dentro de certas matrizes teóricas, mas também dos materiais históricos com que podem contar” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 29). É neste ínterim que se insere o ofício do historiador e seu novo modo de se relacionar e desenvolver seus trabalhos, que parte da ação de coletar e analisar dados, mas também de, munido de responsabilidade, sensibilidade e rigor, analisar o que tem em mãos e construir suas fontes (LOPES; GALVÃO, 2001).

Nesse mesmo movimento de levantar questões sobre o passado, é papel fundamental do pesquisador interrogá-lo como tarefa de interpretá-lo, isto é, os dados estão postos nos documentos, mas não basta descrevê-los, é preciso mobilizá-los de maneira científica, apoiados em uma teoria que permita o desenvolvimento de tal compreensão. É em virtude de tal fato que cabe aos pesquisadores, em especial, aos da História da Educação, se debruçar sobre os arquivos, preencher lacunas e promover novas narrativas a fim de compor determinado período histórico.

⁴ Entende-se por documentos oficiais legislações, discursos de governantes, relatórios municipais/estaduais/federais e materiais assinados por autoridades no território nacional. Todo elemento que não fosse contemplado nessa tipificação, não era compreendido como oficial e, portanto, não era visto com notoriedade.

Vasconcelos (2014), quando se dedica ao estudo em HE, vai relatar que desenvolver pesquisa em tal área não se resume a uma pilha de documentos salvaguardados e que, por si só, já com suas respostas encontradas. Mas que pelo contrário, a pesquisa em história e em educação se constitui como um amplo processo “que não pode se reduzir aos documentos e registros [...] desconsiderando outras inúmeras circunstâncias que compõem a história da educação, vividas entre sujeitos, entre sujeitos e instituições, com uma temporalidade muito mais abrangente” (VASCONCELOS, 2014, p. 35).

Em decorrência de tal fato que, ao se propor desenvolver pesquisa no campo da HE, instantaneamente o contexto histórico precisa ser inserido ao debate, nesse caso, como estratégia de articular as mudanças educativas em questão, com movimentações sociais ainda maiores que estão alicerçadas no âmbito de conquistas ou insucessos, e que, certamente, escoam no sistema educacional que está sendo proposto. Reitera-se, no entanto, que nem sempre é tarefa fácil tal encadeamento, mas que, se realizado, amplia a possibilidade de compreensão acerca do objeto investigado.

É considerando, portanto, a historicidade do documento que se propõe o desenvolvimento deste trabalho. Para isso, já é possível inserir uma definição sobre o que se entende por *fonte de pesquisa*, que há muito tem sido mencionada, mas que se compreende que não se justifica por si mesma, e que seria pouco prudente defini-la sem antes assentar os direcionamentos que aqui estão sendo propostos. Sobre isso, Saviani (2004) diz que:

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história. (SAVIANI, 2004, p. 5)

Logo, o “olhar do historiador” (BACELLAR, 2010) é que vai direcionar o caminho da pesquisa, mas é indubitável que a partir do diálogo com as fontes, considerando suas riquezas e especificidades, que as concepções de diferentes grupos e setores sociais serão elucidados a partir das representações que ali estiverem postas. A fonte é tomada como ponto de partida, mas é preciso a ressalva de que não é qualquer documento produzido historicamente que é compreendido na

sua concepção enquanto fonte, “é a partir do trabalho do historiador, embasado em uma determinada teoria e em um método, que o documento, entendido em suas múltiplas acepções (FEBVRE, 1985) se converte ou não em fonte para a investigação historiográfica” (FURTADO; BEZERRA; MOREIRA, 2019, p. 532).

É também em razão do alargamento do conceito de fonte que a imprensa ligada à educação tem sido utilizada como objeto de estudo porque

[...] a imprensa⁵, ligada à educação, constitui-se em um “corpus documental” de inúmeras dimensões, pois se consolida como testemunho de métodos e concepções pedagógicas de um determinado período. Como também da própria ideologia moral, política e social, possibilitando aos historiadores da educação análises mais ricas a respeito dos discursos educacionais. (CARVALHO; ARAÚJO; GONÇALVES NETO, 2002, p. 72)

Dessa maneira, a manipulação da imprensa enquanto fonte tem se constituído como um promissor campo de estudos, especialmente se a pesquisa se desenvolve em HE, a partir do manuseio de revistas especializadas, por exemplo, porque por meio delas são veiculados debates, diálogos, posicionamentos e opiniões que possuem ampla circulação e permitem uma compreensão próxima sobre sua complexidade. Pesquisar a partir dos materiais concernentes à Imprensa de educação e ensino viabiliza “incomensuráveis [...] possibilidades de reconhecimento e de problematização do passado por meio das páginas da imprensa” (VIEIRA 2007, p. 13).

De toda forma, ao se dispor a investigar sobre um veículo de comunicação é preciso a cautela de considerar que as produções ali dispostas possuem uma intencionalidade e um caráter tendencioso por quem as produz, e que é exercício do pesquisador confrontar tais dados, relacioná-los com os aspectos históricos da época e analisá-los de forma a diluir possíveis disparidades ou, quando for o caso, evidenciá-las. Ainda assim, o trabalho com a mesma consiste em

[...] um excelente observatório, uma fotografia da ideologia que preside. Nesta perspectiva, torna-se um guia prático do cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um grupo social a partir da análise do discurso veiculado e da ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar. (BASTOS, 2002, 49)

⁵ Assume-se, nesta pesquisa, que todas as vezes em que o termo imprensa estiver sendo utilizado, refere-se, exclusivamente, à Imprensa de educação e ensino cuja discussão se desenvolve na seção 4.1, intitulada “Vozes da imprensa: um enfoque na Imprensa de educação e ensino”.

Sobre o caso da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, como documento pertencente à Imprensa de educação e ensino, e com fonte da HE, destaca-se a inesgotabilidade do impresso, uma vez que tem sido revisitado por diferentes pesquisadores, nos mais diversos campos teóricos, com olhares setorizados que permitem desvelar a versatilidade do material em atender, de fato, diversificadas áreas do conhecimento, e tal argumentação fundamenta-se no dado de que são as perguntas de investigação que direcionam o trabalho a ser desenvolvido. Com isso, efetivamente o documento se coloca a serviço do pesquisador, que dará o direcionamento que julgar necessário. Sobre isso Lopes e Galvão (2001) argumentam:

[...] são as perguntas que o pesquisador tem a fazer ao material que lhe conferem sentido e, no limite, enquanto houver perguntas, o material não está suficientemente explorado. Nesse sentido é que se diz que uma fonte nunca está esgotada e que a história é sempre reescrita, na medida em que depende do problema proposto a ser enfrentado e, portanto, do tipo de pergunta que lhe é formulada. Esta, por sua vez, é sempre resultado de um olhar que, do presente, o pesquisador(a) lança ao passado. (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 92)

Dado os fatos elencados, reitera-se, na perspectiva de justificar a relevância e pertinência deste trabalho, o valor que a análise da RE/RS possui dentro do campo da História da Educação, já tomada como fonte, e que os estudos como esse se inserem na iniciativa de colaborar com a história desse documento que ainda está por contar-se e se apresenta como material farto a ser manipulado. Se torna, pertinente, no entanto, mencionar sobre a importância da preservação destes documentos, acondicionando-os de maneira a dificultar que o tempo e as más condições de armazenamento propiciem que esse material se perca, uma vez que os mesmos se constituem enquanto berço de pesquisa de distintos pesquisadores que se dedicam a interrogá-lo, e que, sem acesso às fontes, torna-se impossível desenvolver pesquisa em HE.

Do ponto de vista da fundamentação teórica, este trabalho apoia-se no referencial teórico-metodológico da perspectiva Histórico-Crítica, de Dermeval Saviani, que compreende a educação a partir dos “determinantes históricos que sobre ela incidem, não se limitando [a] qualquer estratégia revolucionária ao tratamento isolado da escola” (BATISTA; LIMA, 2015, p. 70). A pedagogia Histórico-Crítica, segundo Saviani (2015), vai propor que a maneira mais consistente de se

compreender e investigar sobre educação, é reconhecer da forma mais precisa possível em que modo se encontra estruturada a sociedade no período histórico sob análise e, só assim, se compreenderá as maneiras pelas quais a prática educativa está sendo desenvolvida e as razões para tal. Cabe, no entanto, ampliar, por um momento, essa discussão.

A forma como a sociedade é organizada no Brasil se dá pelo domínio do capital, isto é, quem possui os meios de produção são denominados capitalistas e ocupam a classe dominante; em consequência, aqueles que trabalham para a classe dominante, se constituem como classe dominada. Essa divisão instintivamente provoca interesses diferentes entre si e promove uma estruturação da sociedade com princípios e privilégios variados. A educação, nesse cenário, prontamente é colocada a serviço de uma dessas classe em detrimento de outra, isto é, se é proposta para atender os interesses da classe dominante orbita em uma perspectiva, agora, se é estruturada para atender os anseios da classe trabalhadora, entendida como classe dominada, terá outros princípios.

Essa, no entanto, não é uma discussão recente, o contexto histórico do país sempre foi estruturado dessa maneira, mas ter a consciência do papel que a educação ocupa em meio a esse cenário é compreendê-la como fruto da concepção de sociedade que se tem e que é determinada por ela. Assume-se, portanto, que classes diferentes possuem aspirações diferentes e, por isso, são antagônicas entre si. Nas palavras de Saviani (2015):

Vê-se, pois, que numa sociedade dividida em classes com interesses antagônicos, como é o caso da sociedade brasileira atual, a educação move-se inevitavelmente no âmbito da luta de classes quer se tenha ou não consciência disso, quer se queira ou não assumir essa condição. Aliás, ignorar essa situação ou pretender manter-se neutro é uma forma objetivamente eficiente de agir em consonância com os interesses dominantes. (SAVIANI, 2015, p. 107)

Assim sendo, a pedagogia Histórico-Crítica vai se colocar, se posicionar, a favor dos interesses dos trabalhadores, da classe fundamentalmente dominada na sociedade, e deste pilar é que se sustenta a característica contra-hegemônica de tal perspectiva, pensando na desarticulação da prática educativa dos interesses da classe dominante e rearticulando-os aos desígnios dos dominados (SAVIANI, 1999; 2015).

Como o período histórico que circunda essa pesquisa trata-se da década de

1970, é necessário salientar o quanto a reforma educacional realizada via lei nº 5692/71 muito se assemelha com os princípios compreendidos como da classe dominante em favorecimento à dominada. Coloca-se isso ao observar, por exemplo, a bifurcação do ensino que é oferecida: aos filhos dos detentores do poder, que podiam arcar com os custos da sequência dos estudos, o ensino superior era garantido; já aos filhos do proletariado um ensino profissional lhes era oferecido. Além disso, a profissionalização compulsória do ensino estava calcada no discurso de ganho econômico ao país e como maneira de solucionar o *problema* de falta de mão de obra qualificada.

Há de se ponderar, também, que a reforma institucionalizada foi comemorada “sob a égide da estratégia do autoritarismo triunfante” (SAVIANI, 2013, p. 374), que propunha um conceito de educação alicerçados em uma pedagogia tecnicista de aprendizagem, como forma de manutenção de um Brasil que vivia o chamado “milagre econômico”, muito embora em um período repleto de repressões e cerceamento de liberdade em todos os âmbitos. A educação era concebida como fundamental “à qualificação dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento e como uma das ferramentas que possibilitava a viabilização do planejamento governamental, do progresso econômico e científico e da democracia” (QUADROS, TAMBARA e BASTOS, 2007, p. 328).

É a partir desse aparato teórico-metodológico que se finca o desenvolvimento deste estudo, como maneira de problematizar as propostas didáticas veiculadas pela Revista do Ensino do Rio Grande do Sul como maneira de verificar a efetividade da mesma, primeiro, como material de apoio ao magistério gaúcho, e, segundo, como veículo propagador das diretrizes governamentais em vigor. Vale, também, salientar que os dados obtidos serão analisados sob o prisma da análise documental, proposta por Pimentel (2001), que se constitui como um processo de diálogo com a fonte e que permite a comprovação ou refutação de ideias e hipóteses de pesquisa. Entende-se, entretanto, que o trabalho com o documento requer do pesquisador determinada cautela, dada a subjetividade dos mesmos, ainda assim, no momento de coleta de dados, se procurará articular todo o cenário teórico-histórico aqui mobilizado como maneira de evitar tendências interpretativas, mas fugindo de neutralidades.

Do ponto de vista estrutural, esta pesquisa está organizada da seguinte maneira, na seção 1.1 é apresentada a caminhada histórica que permitiu o encontro ao objeto de estudo desta pesquisa, também como modo de evidenciar o simbolismo

das universidades públicas como espaços de construção de conhecimentos e o valor social que a mesma possui na vida dos jovens, especialmente, os que pertencem às camadas menos privilegiadas da sociedade.

Já a seção 2 é encarregada de dialogar sobre a pesquisa do tipo estado da arte que permitiu a construção de um panorama histórico acerca dos estudos já realizados que tomam a Revista do Ensino como fonte de investigação e também as análises que partem dos impactos que a reforma educacional nº 5692/71 causou ao sistema educacional, tendo, portanto, o ensino profissionalizante como objeto de estudo. De forma a contemplar o movimento histórico e social do Brasil, com enfoque no contexto do golpe de estado ocorrido em 1964, e seus desdobramentos na conjuntura de maneira geral, é que as seções 3 e 3.1 se desenvolvem, reforçando o modelo educacional que os militares propunham e evidenciando o lugar de prestígio em que a educação foi colocada.

Na sequência, e calcados na importância histórica da Revista do Ensino, a seção 4 se dedica a abranger as discussões a respeito dos impressos educacionais como fonte de pesquisa, e a potencialidade desses documentos como repletos de informações e disposições que permitem remontar/elucidar um período histórico, dado o recorte de análise, que é articulado e estruturado de acordo com as pessoas que ocupam as posições de poder de determinada época. Encadeado nesse debate, logo em seguida, tem a seção 4.1, que se debruça à articulação entre os impressos educacionais como produtos da Imprensa de educação e ensino, e que tal veículo de comunicação também não é isento de neutralidades e que possui, em sua linha editorial, princípios e valores que lhes são compatíveis.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a seção 5 se encarrega em detalhar o percurso de pesquisa que se pretende realizar a fim de atender os objetivos propostos, bem como o detalhamento da coleta de dados, tratando-se, portanto, de um trabalho qualitativo, de caráter descritivo-explicativo que recorre à análise documental como meio de investigação. Para a análise dos dados foram elencadas duas categorias, sendo elas: i) desdobramentos da lei 5692/71 na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul; e ii) prescrições pedagógicas e reforma do ensino: de que maneira o impresso articulou?, e que podem ser conferidas na seção 6. Por fim, constam as palavras finais, na seção 7, seguidas das referências.

1.1 O encontro ao objeto de pesquisa

O percurso tradicional de fazer pesquisa e ciência impõe lá suas formalidades, processos que são constitutivos e auxiliam em inúmeras facetas do universo científico, desde a escolha sobre *o que* pesquisar, até o caminho que será trilhado em face desse estudo. Com isso, pensei, inúmeras vezes, na inserção ou não deste subcapítulo, na sua relevância enquanto elemento necessário desta pesquisa, na pertinência de designar quem é o sujeito que escreve, suas condições de produção e em que momento produz.

Fazendo a breve reflexão, instantaneamente, julguei pertinente pontuar as trajetórias percorridas, pois ninguém chega como mágica ao ensino superior, tampouco à pós-graduação, todos possuem um processo inicial de aprendizagem. Um outro elemento decisivo, consiste no fato de pesquisas em História da Educação estarem assentadas em processos histórico-sociais e suas movimentações, entendendo-as efetivamente como *ações* que inferem em mudanças sociais, políticas, econômicas e educacionais.

Não obstante, em meio a uma recente conjuntura social que proferia os enunciados de que a “*universidade deveria, na verdade, ser para poucos*”⁶, apenas para a “*elite intelectual*”⁷, de que dentro desses espaços de conhecimento o que se produzia é “*balbúrdia*”, ainda, em um lapso de consciência social, que chamou o patrono da educação brasileira, Paulo Freire, de *energúmeno*⁸, é mais do que urgente reafirmar a necessidade das universidades na vida dos jovens brasileiros, considerando a tentativa escancarada de manter elitizado o acesso ao ensino superior.

Em suma, se justifica, também, a inserção desta subseção, porque

a inclusão de quilombolas, indígenas, filhos de pequenos agricultores e jovens de classe popular no ensino médio e no ensino superior; a possibilidade de acesso a carro e a viagens de avião por grupos do meio

⁶ Enunciado proferido pelo o então Ministro da Educação, Milton Ribeiro, em 10 de agosto de 2021. Para ter acesso, ver <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2021/08/universidade-deveria-ser-para-poucos-diz-ministro-da-educacao.html> Acesso em 24 de jan 2023

⁷ Enunciado proferido pelo o então Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, em janeiro de 2019. Para conferir, ver <https://cjt.ufmg.br/desmonte-da-educacao-a-anti-intelectualismo-no-governo-bolsonaro/> Acesso em 24 jan 2023

⁸ Fala do ex-presidente da república, Jair Messias Bolsonaro (2018-2022). Ver <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/16/bolsonaro-chama-paulo-freire-de-energumeno-e-diz-que-tv-escola-deseduca.ghtml> Acesso em 24 de jan 2023

popular e, da mesma forma [,] o desenho de uma geopolítica não subalterna, tornou-se insuportável à classe dominante brasileira e setores da classe média. Aflorou de forma virulenta o DNA escravocrata, racista, moralista e autoritário e, arquitetaram, com participação de apoio dos parceiros imperialistas históricos, um golpe de estado⁹ mediante a junção de forças políticas, jurídicas, midiáticas e militares. (FRIGOTTO, 2021, p. 130)

Posto isso, devo, finalmente, apresentar quem está por trás desta pesquisa, quem é atravessada por ela. Gosto de dizer que, para além de ser filha de meus pais, sou filha da educação pública, sou fruto dela, do acesso que tive a ela, da oportunidade de ter um ambiente familiar que, mais que incentivasse, possuía recursos suficientes para que eu pudesse frequentar e *apenas* me preocupar em estudar.

Não carece, uma vez que já pontuei ser filha da escola pública, retomar, pormenorizadamente, os anos iniciais da educação básica, acredito que sinalizar que fazia parte do grupo de crianças afoitas, que terminava as atividades rapidamente para conversar, mas que sempre sabia dar explicações às professoras sobre o assunto em questão, já é o suficiente. Mas, remontando brevemente o cenário que permitiu que eu chegasse aonde, por hora, estou, é preciso inserir uma figura importante ao diálogo, meu pai.

Lembro, que ainda enquanto criança/pré-adolescente, já ouvia sobre a importância de *ter* faculdade, e a carga social, isto é, o quão significativo era *ter diploma na mão*. Confesso que o verdadeiro significado desse enunciado demorou a ser impregnado de sentido, para mim, era evidente, me formaria na educação básica e ingressaria na tão quista faculdade. Com o passar do tempo, à medida que vamos crescendo, vamos também compreendendo as vicissitudes sociais, nos aproximamos da ideia de compreensão sobre os efeitos dos discursos que são proferidos. Foi a partir de então que ter uma universidade pública, gratuita e federal na cidade, começou a ser compreendida enquanto necessária, urgente, como medida de democratização do conhecimento.

Antes, no entanto, até chegar a essa consciência, me perdi nas vezes em que ouvia meu pai contando as histórias de implementação da universidade que,

⁹ O Golpe de Estado em questão trata-se do ocorrido em 2016, com a então ex-presidenta Dilma Rousseff, mascarado com a justificativa de violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando suas verdadeiras raízes estavam fundamentadas na constituição de uma sociedade profundamente misógina, racista, elitizada, intolerante e violenta, que culminou na retirada do poder da primeira presidente mulher eleita no Brasil (2011 – até 31 de agosto de 2016).

futuramente, me acolheria, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Lembro das narrativas sobre o anúncio de criação, sobre a visita do então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, em Bagé, no ano de 2005, sobre a escolha do nome, a proposta de ser multicampi, e de que a juventude das cidades que seriam contempladas poderia ter acesso a um ensino de qualidade gratuitamente. Eu também era a juventude.

Anos depois, participei dos trâmites legais para ingressar na Unipampa, prestei o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 2018, e ingressei em Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Aqui temos um elo. A partir daqui temos o início dessa história no percurso científico. Contrariando uma tentativa de certa ordem social, a filha do lenheiro e da secretária ingressou no ensino superior. Foi motivo de festa, com direito a placa de “Bixo 2018”, sinônimo de felicidade ao dizer que a filha mais velha havia ingressado na Unipampa, que é federal, é pública e de qualidade.

Nas lembranças mais significativas que guardamos ao longo da vida, o dia em que anunciei que havia conseguido a vaga, automaticamente, a cena dos sorrisos se abrindo vem à mente. E, a partir deste momento, fui me tornando fruto desta universidade, compreendendo o poder transformador do direito à educação garantido, e da permanência nela. Sou resultado de um processo de Iniciação Científica (IC)¹⁰, que é uma forma de investimento e de primeiro contato com a pesquisa.

Foi assim que ingressei no Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos (PHERA)¹¹, do qual faço parte até o momento, que em uma das suas áreas de atuação se dedica a criação e manutenção do Repositório Digital Tatu (RDT e/ou Tatu)¹², cujas atividades desenvolvo desde 2018, e que não foram interrompidas devido ao término da licenciatura, graças ao vínculo e

¹⁰ Inicialmente, ainda em 2018, fui bolsista de Apoio a Grupo de Pesquisa (AGP), posteriormente, da Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Sul (FAPERGS), de 2019 a 2022.

¹¹ Na época, isto é, 2018, o grupo ainda se chamava Grupo de Estudos em Educação, Histórias e Narrativas (GEEHN). Em 2020, há uma reformulação interna sobre as temáticas de interesse e, então, se torna PHERA - Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos, coordenado pelo Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica.

¹² A saber, o Repositório Digital Tatu surge como uma iniciativa pioneira de digitalização de documentos históricos raros à História e à História da Educação e que, por conta do mau acondicionamento e questões climáticas, estão se deteriorando dado o período em que foram produzidos. Com isso, a equipe do Tatu limpa, digitaliza, cataloga e publiciza esses materiais como forma de facilitar o acesso aos pesquisadores das mais diferentes regiões do país, e fora dele, considerando, também, as novas formas de contato com às fontes históricas. Para mais informações, ver <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/> Acesso em 24 de jan 2023

apreço que tenho pelas ações nele desenvolvidas.

Com isso, minha formação inteira na graduação se deu a partir desse contato mais direto com o processo de pesquisa que a Iniciação Científica oferece, trabalhando não só com as atividades mais técnicas do Repositório Digital, bem como produzindo trabalhos para os eventos nos quais o grupo já estava habituado a frequentar.

A integração foi acontecendo gradualmente, tanto com o grupo, como com as atividades do Tatu e, cabe salientar, a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul foi o elemento que deu origem ao Repositório que hoje abriga tantos outros documentos¹³. Em 2019, minha relação com o material passa a ser mais direta, pois inicio as edições dos documentos que são publicizados¹⁴ e, com isso, cada uma das páginas prendia a minha atenção, inicialmente, como forma de manter a qualidade do documento que seria disponibilizado, depois, pela riqueza das informações ali dispostas.

Mergulhada nesta atividade, sou impulsionada a interrogar a Revista, *encontrar alguma coisa para pesquisar, algo que ressoasse, fizesse sentido, fosse prazeroso*. Foi assim que desenvolvi uma pesquisa inicial sobre a Literatura Infantil na década de 1950 e seus desdobramentos no impresso, uma vez que o mesmo tinha como finalidade servir de apoio às necessidades enfrentadas pelo magistério gaúcho. Foi a primeira tentativa de *fazer pesquisa*, compreendendo que são processos interrogar o documento e desvelar as respostas que o próprio me retornava.

Lembro que, à época, era um emaranhado de informações desenvolver tal trabalho, pois estava inserida no campo das Letras desenvolvendo pesquisa em Educação, mais especificamente, em História da Educação, o que por si só já seria uma aventura, arriscando e atentando para as peculiaridades que tal área requer. Mas para além de necessário, foi assim que a pesquisa se apresentou, e que eu fui apresentada a ela.

Tive o privilégio de conseguir me dedicar integralmente aos estudos durante a graduação inteira, e isso me permitiu desenvolver e participar de inúmeros eventos,

¹³ Dentre eles, destaca-se as cartilhas, livros, livretos, acervo iconográfico e as coleções.

¹⁴ Como sinalizado anteriormente, o Repositório Digital Tatu trabalha com uma sequência de etapas para o fluxo da equipe (limpar, digitalizar, catalogar e publicar). Em um primeiro momento, os novos integrantes ficam responsáveis por digitalizar o documento, com o passar do tempo, vão adquirindo outras responsabilidades a partir das modificações internas e a inserção de novos membros. Foi o meu caso. Iniciei limpando e digitalizando o documento e, em 2019, editava o material para ser publicado, que consiste em uma etapa diferente da digitalização, e que requer um cuidado especial quanto à versão final do material que será disponibilizado.

bem como publicar neles. Foi no âmbito do grupo de pesquisa que desenvolvi a compreensão de parceria acadêmica, da necessidade desses elos no ensino superior, e a relevância de possuir um coletivo ao qual os interesses se alinhassem, seja científico ou socialmente.

Na sequência dessa trajetória, e como rito de passagem que ocorre ao final de toda licenciatura ou bacharelado, precisamos produzir o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como forma de assegurar que conseguimos arguir sobre um determinado tema. Imersa no trabalho com as Revistas, identificando com mais organicidade de que maneira se constituem, e analisando seus propósitos comunicativos, aparei as arestas, recalculei a rota, e me dediquei a analisar o ensino de Língua Portuguesa (LP) a partir da reforma educacional via lei 5692/71¹⁵, que propunha um modelo mais técnico da aprendizagem e que, de certa maneira, o impresso acatava tais orientações.

O processo dessa pesquisa contemplou minhas duas áreas de interesse, o ensino de Língua Portuguesa e a História da Educação. O percurso, no entanto, foi repleto de desafios, inicialmente, por tecer proximidades entre duas áreas distintas pela primeira vez, depois, pela quantidade de dados disponíveis na Revista para análise e, por fim, pela densidade das informações obtidas, que comprovavam a hipótese de que o impresso, de fato, servia como um porta-voz do Estado, tanto que, na edição analisada, didatizava toda a lei ao corpo docente.

No transcurso dessa escrita, optei por submeter uma proposta de pesquisa ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Ensino (PPGMAE), em um primeiro momento, como maneira de dar sequência ao trabalho que vinha desenvolvendo, ainda sob a ótica da reforma nº 5692/71, mas a fim de verificar um maior número de edições, bem como analisar os tipos de atividades disponibilizadas, de que forma eram apresentadas e a qual instrução os professores estavam sendo alertados. A iniciativa era ampliar o *corpus* de análise a fim de constatar a efetividade do discurso em vigência.

Durante o trajeto, no entanto, observei o quanto o discurso profissionalizante implícito nas entrelinhas da lei, objetivando a profissionalização, e como alternativa da

¹⁵ Trabalho intitulado “Os impactos da lei 5692/71 no ensino de Língua Portuguesa: uma análise sobre a edição nº 140 de 1972 da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul”, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Taíse Simioni e coorientado pelo Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica. Disponível em <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/riu/6982> Acesso em 24 de jan 2023

escola preparar o sujeito para sua inserção no mercado de trabalho, estava sendo desdobrado naquilo que a Revista apresentava como sugestão de atividades aos professores, e não apenas atrelado ao ensino de Língua Portuguesa. Com isso, opto por retirar a especificidade em torno da língua, e analisar o impresso na sua completude, enfocando no caráter profissional que a reforma previa e a Revista atendia.

Através desse processo é que se originou, em um primeiro momento meu Projeto de Pesquisa e, agora, essa dissertação, e que é resultado de um contato com a fonte de estudo, cujas impressões se deram ainda durante a Iniciação Científica, quando absolutamente todas as ações são novidade no ambiente científico e não dimensionamos por qual percurso escolheremos ir. Tenho a plena consciência de que a experiência adquirida na IC permitiu que, hoje, eu pudesse chegar com um pouco mais de maturidade acadêmica na pós-graduação, tateando levemente com mais segurança a pesquisa em História da Educação e, claro, permitindo um vínculo com o objeto de análise em questão, a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul.

Por isso, não é, de forma alguma, pedante reafirmar o simbolismo das universidades na vida dos jovens brasileiros e o que significa ter o acesso e a permanência nestes espaços garantidos, pois não basta conseguir a vaga, é preciso permanecer nela. Em meio a um desmonte educacional recentemente vivido, oriundo desde o ano de 2016, paralisado no ano de 2022, graças ao resultado das urnas, que ocupar os espaços vistos como “da elite”, é ousar se rebelar contra um sistema que canaliza suas forças na tentativa de cercear as liberdades de escolha, e reduzi-las de maneira a dissolver o estímulo ao pensamento crítico.

Finalizando, como disse Darcy Ribeiro “a crise na educação do Brasil não é uma crise, é projeto;” e foi a esse sucateamento que as universidades e os institutos federais resistiram ao longo de seis anos, foi a possibilidade de acesso ao ensino superior estar ameaçado em face a um governo que não aceitava ver as camadas populares ocupando os espaços vistos como sendo da aristocracia. E é em virtude das terríveis ameaças sofridas e dos incontáveis contingenciamentos, é que se legitima esse subcapítulo, como forma de remontar esse cenário estrutural que atravessa a história de quem escreve essa pesquisa.

Vi cortarem todas as flores, uma a uma, mas não puderam impedir a chegada da primavera. E, finalmente, ela chegou.

2 O ESTADO DA ARTE: POR ONDE ECOAM OS DISCURSOS SOBRE A REVISTA DO ENSINO E A LEI 5692/71?

No bojo do desenvolvimento de toda e qualquer pesquisa se torna pertinente verificar as produções já realizadas em torno da fonte e do objeto ao qual se estuda, de maneira a investigar o que já se tem produzido em torno da temática. Por isso, pesquisas do tipo “estado da arte” se colocam como relevante ferramenta que permite mapear as narrativas já elaboradas a respeito do que se pesquisa, como estratégia de compreender possíveis continuidades, rupturas, ineditismo de pesquisa e/ou as narrativas que ainda precisam ser escritas.

Destaca-se, de antemão, que o intuito não foi, ao realizar tal levantamento, abarcar a totalidade de pesquisas já realizadas, mas o de conhecer o que já foi escrito a fim de, a partir de então, tecer novas narrativas sobre o que ainda não foi feito. Apoiando-se em Ferreira (2002), pesquisas do tipo estado da arte são

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002, p. 258)

Deste modo, a sumarização dos trabalhos feitos se configurou como o fio condutor de uma pesquisa que foi construída, pois é com base em um levantamento historiográfico que o trabalho se consolida, finca seus objetivos e delimita seus próximos passos. Metodologicamente, portanto, amparou-se na Revisão Sistemática de Literatura (RSL) que possui etapas próprias para o levantamento dos estudos já realizados e que podem ser conferidas no quadro 1.

Quadro 1 – Etapas de um Revisão Sistemática de Literatura

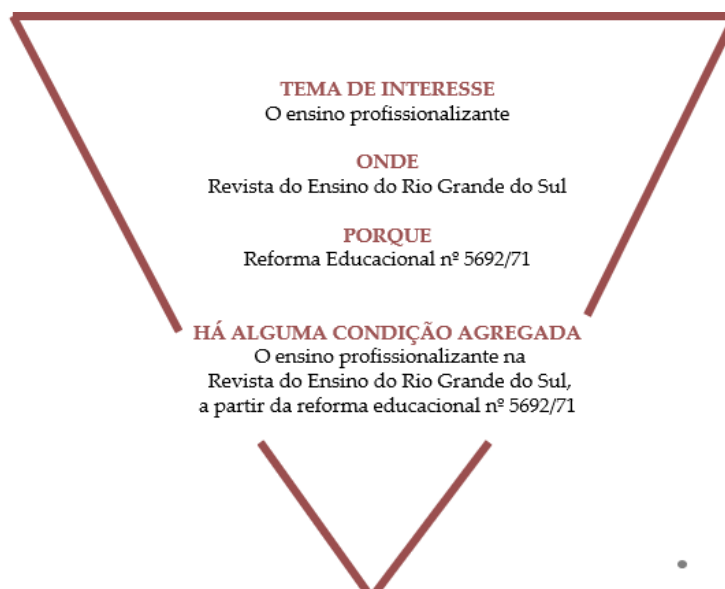
1 – Delimitação da questão a ser pesquisada
2 - Escolha das fontes de dados
3 - Eleição das palavras-chave para a busca
4 - Busca e armazenamento dos dados
5 - Seleção dos artigos (dissertações, teses) de acordo com os critérios de inclusão e exclusão
6 - Extração dos dados dos trabalhos selecionados
7 - Síntese e Interpretação dos dados

Fonte: Adaptado de Costa; Zoltowski (2014)

Mesmo que para este trabalho tenha se utilizada as etapas apresentadas e propostas acima, destaca-se que elas possuem o caráter didático-pedagógico, isto é, nem sempre serão seguidas ordem a ordem. Em alguns momentos, pode ocorrer de uma etapa estar imbricada na outra, sem deixar de fazer parte do processo, mas como intrínseco ao *fazer pesquisa*, onde nem sempre é possível seguir a maneira estritamente sequencial.

No que se refere, portanto, ao primeiro passo de uma RSL, a delimitação da questão de pesquisa, salienta-se a relevância de possuir uma pergunta específica, que se afaste o máximo possível das generalidades, porque dessa maneira os passos seguintes também serão alicerçados em torno de especificidades. Dessa forma, para delimitar a questão utilizada, partiu-se do tema da pesquisa, a partir do método da pirâmide invertida, com algumas adequações, como propõe Hohendorff (2014), e pode ser conferido na figura 1:

Figura 1 – Delimitação do Tema de Pesquisa



Fonte: Adaptado de Hohendorff (2014)

Uma vez visualizadas as condições específicas que levaram ao tema de interesse, tendo por base as etapas propostas e seguidas pela pirâmide apresentada acima, foi formulada a seguinte questão de pesquisa a partir da condição agregada, que também é a interrogação central do projeto: de que maneira a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul materializou em suas páginas as mudanças prescritas para o ensino de 1º e 2º graus preconizadas pela Reforma do Ensino de 1971?

A partir da questão, também foram eleitas algumas palavras-chave que, posteriormente, foram utilizadas como descritores nos bancos de dados, sendo elas: Revista do Ensino¹⁶, Imprensa de educação e ensino¹⁷ e lei 5692/71¹⁸. Já a escolha dos bancos de dados se deu a partir de uma investigação inicial, que indicou o Google

¹⁶ Cabe salientar que o objeto central desta pesquisa é a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, no entanto, alguns pesquisadores ao se referirem a ela utilizam apenas Revista do Ensino. Por isso, enquanto descritor, foi utilizada apenas Revista do Ensino, mesmo que essa escolha fizesse com que as outras Revistas do Ensino de outros estados brasileiros fossem contempladas na busca.

¹⁷ A justificativa relacionada a inserção do termo “Imprensa de educação e ensino” se dá porque compreende-se, segundo Gervasio (2019), que materiais que reúnem em sua estrutura princípios da imprensa, como regular periodicidade, público-alvo específico, e que possuem em sua linha editorial uma predominância dos assuntos educacionais compõem a Imprensa de educação e ensino, sendo o caso da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul. Além disso, ao inseri-lo como descritor, o quantitativo de trabalhos encontrados é significativamente maior.

¹⁸ Pertinente sinalizar que, ao inserir o termo “ensino profissionalizante” enquanto descritor, os resultados retornados estavam associados ao novo Ensino Médio profissionalizante, que não é a delimitação deste estudo. Por isso, se manteve a lei 5692/71 enquanto mecanismo de busca.

Acadêmico¹⁹ e o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes como os mais propícios para a pesquisa, retornando com mais dados que poderiam servir como base desta revisão.

Dessa forma, o mapeamento realizado bem como a organização dos descritores, se desenvolveu da seguinte maneira, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 1 – Busca em bancos de dados

Base de dados	Período	Área do Conhecimento	Descritores/String de busca	Publicações encontradas	Selecionadas pelo título	Selecionadas pelo resumo
Google Acadêmico	2016-2021	-	Imprensa de educação e ensino <i>and</i> Revista do Ensino	54	5	2
Catálogo de Teses e Dissertações	2017-2021	Ciências Humanas	Lei 5692/71 <i>and</i> ensino profissionalizante	177	4	2

Fonte: Autora (2023)

Da leitura da tabela apresentada, cabem algumas pontuações, a iniciar pela periodicidade escolhida, que difere de um banco para outro, e isso se dá pela análise prévia que foi feita, e que, ao reduzir um ano, resultaria na perda de um destes trabalhos. Outra questão está atrelada ao quantitativo de trabalhos em torno da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, bem como sobre a própria reforma educacional em questão. Entretanto, esse primeiro contato já apontou para a escassez de estudos tendo o enfoque no ensino profissionalizante, que era destinado como lugar de destaque nas diretrizes governamentais da década de 1970.

Dando sequência aos processos metodológicos mobilizados, o próximo passo foi elencar critérios de inclusão e exclusão, a fim de possuir pilares que justificassem a escolha ou não de um trabalho, a fim de minimizar possíveis vieses científicos, considerando que a inserção ou não de uma pesquisa impacta no desenvolvimento

¹⁹ Destaca-se que, embora o Google Acadêmico não seja visto como o mais criterioso em termos de rigor científico, todos os trabalhos que retornaram a partir da busca e utilizados para a revisão, estavam indexados na plataforma SciELO, mesmo que, inicialmente, quando feita a busca diretamente nela, os resultados fossem nulos.

desta dissertação, e que este estado da arte pode vir a servir como panorama para pesquisas futuras.

Desta maneira, os critérios elencados consideraram aspectos mais fundamentalistas, como a teoria mobilizada no estudo, como mais metodológicos, priorizando, por exemplo, o uso da análise documental, já que se trata de uma pesquisa em História da Educação com o uso de impressos educacionais. Os critérios podem ser conferidos, pormenorizadamente, no quadro abaixo.

Quadro 2 – Critérios de inclusão e de exclusão

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
Apresentar o descritor em uso ou a área de desenvolvimento (História da Educação) no título, no resumo ou nas palavras-chave	Não apresentar o descritor em uso nem a área de desenvolvimento no título, resumo ou palavras-chave
Versar sobre a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul	Versar sobre Revistas do Ensino de outros Estados
O resumo apresentar o uso da RE/RS	O resumo não contemplar/apresentar a RE/RS, nem mencionar seu uso através das palavras-chave
Estar indexado na SciElo ou em Repositórios Institucionais	Não estar indexado na SciElo e/ou Repositórios Institucionais
Abordar sobre a área da História da Educação	Abordar outras áreas do conhecimento que não a História da Educação
Metodologicamente estar amparado pelo uso da análise documental ou pela teoria Histórico-Crítica (SAVIANI)	Não mencionar metodologia de cunho documental nem a teoria Histórico-Crítica
	Ser capítulo de livro ou publicado em anais

Fonte: Autora (2023)

É fundamental destacar que os critérios de inclusão e exclusão foram elencados após um primeiro contato com os trabalhos encontrados, justamente a fim de tentar compreender a seara de pesquisa que se apresentava, a partir do já conhecimento de que não existiam trabalhos específicos envolvendo a Revista do Ensino como *corpus* de análise, que focalizassem no ensino profissionalizante a partir da lei 5692/71²⁰. A partir disso, foi feito o processo de garimpagem em todos os

²⁰ A relação de trabalhos apresentados no quadro 3 vai indicar um trabalho de Gervasio; Bica (2018)

estudos já realizados, a fim de refinar o levantamento, cujas informações básicas a respeito das pesquisas podem ser conferidas no quadro 3.

Quadro 3 – Trabalhos selecionados para leitura

GÊNERO	TÍTULO	AUTOR/ANO	PALAVRAS-CHAVE
Artigos	A imprensa de educação e ensino: observatório da formação docente e discente (Brasil, 1950-1980)	Maria Helena Camara Bastos (2016)	Imprensa de educação e ensino, Formação docente, Formação discente, Revistas
	A pesquisa em História da Educação. Entrevista com Maria Helena Camara Bastos	Alberto Barausse (2017)	Não consta
	“Educar é construir para o Infinito”: Análise dos discursos transformadores relativos à Reforma Educacional de 1971 nos editoriais da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1972-1974)	Simôni Costa Monteiro Gervasio, Alessandro Carvalho Bica (2018)	Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, Editorial, Prática Docente
	Retalhos de memórias: lembranças docentes que recontam o trabalho em sala de aula	Simôni Costa Monteiro Gervasio, Alessandro Carvalho Bica (2018)	Memória, Trabalho Docente, Revista do Ensino do Rio Grande do Sul
	A imprensa pedagógica no Pará em dias de República: a Revista A Escola e a Revista do Ensino como instituições de formação (1900-1912)	Darlene Monteiro dos Santos, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França (2020)	Imprensa Pedagógica, Educação Primária, Estado Republicano, Instituições de Formação
	Entre descrições e prescrições: a Revista do Ensino do Rio Grande do	Vitor Garcia Stoll, Alessandro Carvalho Bica,	Revista do Ensino/RS, Imprensa Pedagógica, Ensino de Ciências

que tateia o debate sobre o ensino profissionalizante na RE/RS, mas foca tal análise apenas nas edições de (1972-1974). Como essa pesquisa amplia o *corpus* de análise, se deu seguimento com o estudo.

	Sul como fonte para a História da Educação	Cadidja Coutinho (2020)	
	Revista do Ensino/RS (1951-1961): um olhar histórico sobre as diretrizes da experimentação no Ensino de Ciências	Vitor Garcia Stoll, Alessandro Carvalho Bica, Cadidja Coutinho, Ticiane da Rosa Osório (2021)	Educação Científica, Imprensa Pedagógica, Pesquisa Documental
Especialização	Memórias docentes: o uso da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul a partir da década de 1950 no município de Bagé/RS	Simôni Costa Monteiro Gervasio (2017)	Memórias, Professores, Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, Educação
Dissertações	O ensino de 2º grau no Estado do Rio Grande do Norte: uma história da implantação da lei nº 5.692/1971 (1971-1996)	Nara Lidiane Silva Dias Carlos (2018)	Ensino de 2º grau, Rio Grande do Norte, Lei nº 5692/71, História da Educação, Educação Profissional
	A normatização do ensino primário no Rio Grande do Sul nos impressos pedagógicos do CPOE/RS e na Revista do Ensino (1947-1971)	Simôni Costa Monteiro Gervasio (2019)	Normatização, Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, CPOE/RS, Ensino primário, História da Educação
	O processo de implantação do ensino de 2º grau instituído pela Lei nº 5692/71 na rede escolar paranaense: uma análise do Conselho Estadual de Educação (1971-1975)	Joice Estacheski (2019)	Implantação do ensino de 1º grau no Paraná, Reforma de Ensino 1971, Educação e Ditadura Civil-militar no Brasil
	A formação profissionalizante no Centro de Educação Integrada Eliseu Viana sob as diretrizes da lei nº 5692/71, Mossoró/RN	Tainá da Silva Bandeira (2020)	Formação profissionalizante, lei 5692/71, Educação na ditadura civil-militar, Educação Profissional, História da Educação
Tese	A teoria do Capital Humano na lei nº 5692/71: o Projeto de Educação em questão	Italo Ariel Zanelato (2021)	Ditadura, Reforma Educacional, Desenvolvimento

			econômico, Teoria do Capital Humano
--	--	--	-------------------------------------

Fonte: Autora (2023)

A partir dos resultados apresentados, o estado da arte desta pesquisa ficou composto por 13 trabalhos, incluindo artigos, especializações, dissertações e tese, cujas leituras foram realizadas a fim de compreender os percursos de pesquisa trilhados e de que maneira as contribuições serviriam a esse estudo. Nesse momento, também já foi possível encontrar os principais autores mobilizados e as suas respectivas teorias, servindo como base para a fundamentação teórica que será discutida a seguir²¹. Os autores que mais se destacaram nos estudos podem ser conferidos no quadro 4.

Quadro 4 – Principais autores encontrados

Sobre o trabalho com a Revista	Sobre o trabalho com a lei 5692/71
Bastos (1997, 1999a, 1999b, 2002a, 2002b, 2002c, 2005a, 2005b, 2006, 2007, 2013a, 2013b, 2017, 2019)	Faria Filho (1998, 2010)
Catani (1996, 1997, 2017)	Gramsci (1979, 2004)
Gervasio (2017, 2018, 2019)	Le Goff (2003)
Fernandes (2008) Freitag (2005)	Saviani (2005, 2006, 2007)
Nóvoa (1993, 1997, 2002)	Quadros (2006)

Fonte: Autora (2023)

Por meio desse movimento, e considerando que não é objetivo deste trabalho pormenorizar cada um dos diálogos travados nos estudos encontrados, foram elencadas duas categorias de análise como forma de apresentar e discutir os principais dados de pesquisa que coadunam com a temática aqui utilizada, sendo a

²¹ A partir da seção 3 deste estudo.

primeira delas concernentes à Revista do Ensino e à Imprensa de educação e ensino e, a segunda, especificamente, sobre a lei 5692/71.

A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul e a Imprensa de educação e ensino

Unânime em todos os trabalhos encontrados foi o uso da RE/RS enquanto objeto de pesquisa da História da Educação, dada a sua relevância histórica e social, durante o período que esteve em funcionamento (1939-1942 / 1951-1994), servindo para além de um veículo de comunicação entre Estado-professores, mas também, como instrumento de apoio às necessidades enfrentadas no cotidiano escolar.

Antes, no entanto, é válido destacar que os olhares destinados ao impresso educacional em questão são bastante específicos, isto é, existem algumas áreas do conhecimento sendo analisadas, como o uso da experimentação no ensino de ciências, a normatização do ensino primário, alguns estudos que se dedicam a olhar a construção histórica da Revista, bem como as pesquisas realizadas tendo a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul como elemento pertencente à Imprensa de educação e ensino e essa última instância enquanto objeto de estudo da HE.

Mas fato em comum em todos esses materiais é a utilização da Revista enquanto fonte da História da Educação, porque através de sua análise se torna possível elucidar parte da História do ensino no Rio Grande do Sul em virtude aos movimentos sociais ocorridos e a materialização dessas mudanças no documento analisado.

No âmbito dos artigos encontrados, a pesquisa que descortina essa breve discussão e detalhamento é da professora Maria Helena Camara Bastos (2016), renomada pesquisadora da área, que analisou a imprensa de educação e ensino como objeto e sujeito de pesquisa, como testemunho vivo dos métodos e concepções pedagógicas de uma época e da ideologia moral, política e social de um grupo profissional. Para a autora, o discurso sobre a imprensa constrói a memória em HE e legitima a prática social e educativa de determinado contexto histórico, além disso, destaca que os periódicos constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional, pois fazem circular informações

sobre o trabalho pedagógico, o aperfeiçoamento das práticas docentes e muitas outras possibilidades de pesquisa com imprensa são possíveis (BASTOS, 2016).

Um outro trabalho encontrado, de Barausse (2017), trata-se de uma entrevista com a professora Maria Helena, e que se julgou pertinente mantê-lo neste levantamento, justamente por se tratar de um diálogo com a célebre investigadora do campo da HE. O desenrolar da entrevista centra-se naquilo que até os dias atuais Bastos desenvolve enquanto pesquisadora: o caminho de pesquisa com a Revista do Ensino, e um amplo diálogo sobre uma de suas mais renomadas obras, já durante o doutoramento, intitulada “O Novo e o Nacional em Revista: A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)”, defendida em 1994, e publicada em 2005. À época, Bastos (2017, p. 10) referia-se ao projeto como “a preocupação principal foi articular a Revista do Ensino ao projeto de reconstrução nacional do Estado Novo, procurando entender como a proposta político-pedagógica de renovação educacional se vinculava, através da revista, àquele projeto”.

Esses dois trabalhos tecem considerações ainda bastante abrangentes em torno da RE/RS enquanto objeto da HE. Os que se seguem, passam a focalizar a análise nas chamadas áreas setorializadas do impresso. Gervasio; Bica (2018), por exemplo, se detém a investigar as propostas pedagógicas que eram transmitidas aos professores através dos editoriais da Revista do Ensino (1972-1974) em meio a reforma educacional lei nº 5692/71. Conforme os autores é possível “compreender que a revista foi utilizada como um meio de comunicação e de ligação com os professores e que, através do que era escrito, transmiti[a] aos professores, além de um discurso otimista e positivo, [como também] as diretrizes que deveriam guiar a prática docente” (GERVASIO; BICA, 2018, p. 141).

Um outro enfoque de pesquisa, realizado também por Gervasio e Bica (2018 b)²², centra-se no trabalho de memória docente a partir das professoras que utilizaram a RE/RS em suas práticas educativas enquanto a mesma estava em circulação. Este trabalho foi uma maneira de preservar as memórias docentes, compreendendo a sua potencialidade para a preservação de alguns aspectos significativos para a História

²² Este trabalho é fruto da especialização de Gervasio intitulada “Memórias docentes: o uso da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul a partir da década de 1950 no município de Bagé/RS”, disponível em <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/riu/3050> Acesso em 15 de dez. 2022.

da Educação gaúcha. A sensibilidade com a qual este trabalho é desenvolvido, e a potencialidade de um de seus trechos, merece que um recorte seja trazido aqui.

As lágrimas que correm dos olhos dos professores ao recordar-se do tempo passado, não demonstram somente tristeza, elas são o sentimento de dever cumprido, de orgulho por contribuir para a formação humana e profissional de muitas pessoas, as quais jamais esquecem de seus professores. Dar voz a estas memórias, mais do que reviver o passado, é valorizar o docente, que doa sua vida ao magistério e termina seus dias, algumas vezes, tendo somente as memórias como algo de valor. É preciso dar atenção e ouvidos para estas memórias e, com isso, ter a possibilidade de compreender os processos que moviam a educação e que podem ser a origem da educação que vivenciamos atualmente. (GERVASIO; BICA, 2018b, p. 14)

Esse excerto daria conta de resumir o estado da arte por completo se fosse o caso, haja vista a delicadeza com a qual o assunto é tratado e que só evidencia que a utilização da RE/RS perpassava os limites teóricos; Gervasio e Bica (2018b) quando se dispõem a revisitar tais lembranças, por meio das memórias docentes, colocam à tona o lado afetivo de quem preparava suas aulas com o supracitado material.

Na sequência, Santos e França (2020) prestam-se a desvelar o caráter formador que a Revista do Ensino possuía durante o período de 1900-1912, tendo como enfoque a educação primária em meio ao cenário político e cultural do estado do Pará e, mais uma vez, asseveram sobre o valor histórico que os impressos possuem, na medida em que é viável compreender, através de sua análise, usos e destinos, bem como as práticas e teorias educacionais que, por meio da veiculação, possuíam o intuito de propagar o ideário político republicano no estado.

Outros dois trabalhos encontrados são de Stoll, Bica e Coutinho (2020) e Stoll Bica, Coutinho e Osório (2021), que analisaram a Revista com o olhar específico do ensino de ciências, se detendo às propostas didáticas de experimentação contida no exemplar tendo em vista o caráter predominantemente científico que o mesmo apresentava. Os autores dizem “que as propostas didáticas de experimentações eram apresentadas com frequência pela RE/RS no período de 1951-1961, pois as seções analisadas estavam presentes em 82% dos exemplares” (STOLL; BICA; COUTINHO; OSÓRIO, 2021, p. 98).

Mesmo com as singelas considerações feitas aqui, ratifica-se a intensa preocupação do impresso enquanto ferramenta pensada para atender o público

docente, e seu constante entrecruzamento com o contexto social nas discussões no âmbito do ensino. A Revista considerava mudanças, permanências e rupturas de maneira geral, e se propunha a abordá-las em seu material.

Além disso, a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul como um impresso educacional pertencente à Imprensa de educação e ensino, se consolidou como um documento que estreitava elos diretivo-educacionais, quando além das atividades abordava questões referentes à legislação do ensino, e que mostrou-se como um material que fornece informações de um longo período histórico (1939-1942 / 1951-1994), marcado pela intencionalidade, por vezes com a presença do Estado, mas que também revelava as intensas mudanças políticas e econômicas.

A reforma educacional lei nº 5692/71 e o ensino profissionalizante

Um primeiro aspecto a se considerar é o dado de que as pesquisas trazidas nesta categoria, apesar de todas desenvolvidas no campo da História da Educação, em nada tem conexão direta com o impresso educacional estudado. Trata-se de um estudo que se julgou necessário para desvelar em que nível estavam as discussões em torno da supracitada reforma, de maneira a articular com o ensino profissionalizante na Revista do Ensino.

O primeiro estudo encontrado é o de Carlos (2018), que tinha como objetivo investigar a organização do ensino de 2º grau no estado do Rio Grande do Norte entre os anos de 1971-1996, e que tomou como objeto de pesquisa a nova organização destinada ao ensino via reforma. A autora relatou que as relações políticas interferiram e regeram a organização do ensino de 2º grau durante todo o período em análise, demonstrando o quão forte eram as alianças políticas oligárquicas, e que vigoram ainda nos dias atuais. Outro elemento intrigante foi o fato de não ter sido possível estabelecer uma relação direta entre as habilitações ofertadas pelo estado e o mercado de trabalho, pois existiram áreas econômicas importantes para a subsistência de determinadas regiões que não tiveram a atenção devida.

Já Estacheski (2019), também se propôs a uma análise específica de implementação do 1º grau instituído pela lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971, a fim de compreender as condições históricas em que o mesmo se efetivou no Estado do

Paraná. A autora relatou que a reforma de 1971 reafirmou o quanto a política educacional brasileira voltava-se aos interesses elitistas, despreocupada em favorecer um processo de formação humanista de cunho efetivamente democrático, pois a legislação assumiu um caráter exclusivamente a serviço do grande capital.

Além disso, a Teoria do Capital Humano (TCH) encontrou terreno frutífero nas políticas educacionais do regime militar brasileiro, uma vez que o processo de ascensão social, via o processo de escolarização, se fez uma bandeira bastante propulsora da ideologia produtivista, concebendo a educação com a função de preparar os sujeitos para atuar em um mercado em expansão, pautando-se numa lógica econômica centrada em demandas coletivas, crescimento econômico do país, riqueza social, competitividade das empresas e incremento no rendimento dos trabalhadores e garantia de emprego nos novos postos de trabalho que a expansão capitalista promovera.

Uma pesquisa que se dedicou a focalizar no ensino profissionalizante é a de Bandeira (2020), a autora tinha como objetivo analisar a formação profissionalizante oferecida pelo Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana (CEIPEV) sob as diretrizes da lei nº 5692/1971. Seus resultados muito se assemelham com os de Estacheski (2019) ao dizer que, enquanto a formação profissionalizante, posta na lei nº 5692/1971, tinha objetivo de forjar um trabalhador alienado, a educação libertadora seria meio de consciência da classe em que esse sujeito estava inserido.

Mais que isso, o trabalho ainda traz: é necessário romper com essa lógica do capital. Não apenas limitar às reformas educacionais, mas na própria posição que a educação assume até os dias atuais, perpetuando as intencionalidades e demandas dos grupos opressores. Modificar, como explica Mészáros (2008), de forma duradoura e internalizada, dentro da própria sociedade. Querer que a educação apenas rompa com essa lógica, de forma isolada e com ares de heroísmo, é absolutamente inconcebível.

Por fim, um último trabalho, de Zanelato (2021), analisou os vínculos entre a lei 5692/71 com a Teoria do Capital Humano, os interesses do Estado e do mercado em expansão. Para o autor, as reformas promovidas pelos governos militares assumiram o caráter de ajustamento dos educandos e futuros trabalhadores aos interesses do mercado, adequando os currículos com a proposta de preparação da mão de obra ao processo de expansão da economia, além de buscar inculcar a ideologia da obediência aos padrões do regime. Deste modo, tanto a educação superior, quanto o

Ensino Médio, foram adequadas à lógica mercadológica e se tornaram objetos de um processo privatista em que a "qualidade", muitas vezes duvidosa, era justificada pela possibilidade de "pagar" pelo melhor ensino. A naturalização das desigualdades sociais, o empobrecimento da formação de professores, a precarização das condições materiais das escolas e de trabalho dos docentes são aspectos que não devem ser desprezados e que já eram latentes quando a reforma aconteceu.

Unânime, portanto, em todas as pesquisas apresentadas está os efeitos do discurso repressor, silenciador e, ainda, profissionalizante, com a qual a reforma de 1971 foi desenvolvida, de maneira a impactar e promover mudanças em diferentes localizações do país, como as pesquisas selecionadas apresentaram. Fato é, que a medida imposta pelos militares em muito serviu como manutenção das desigualdades sociais em um período conturbado, onde o diálogo e a aversão a tal medida não era uma possibilidade de ação.

Da mesma maneira que esses reflexos foram vistos e analisados nas pesquisas acima citadas e desenvolvidas, seus desdobramentos, agora, chegarão à Revista do Ensino que, como preliminarmente foi mencionado, foi um veículo de comunicação do Estado e, como tal, divulgador das suas ideias. Reitera-se, por fim, a potencialidade dos trabalhos apresentados com especial atenção às suas especificidades de pesquisa que colaboram, em muito, em viabilizar um panorama geral acerca das discussões que aqui são mobilizadas.

3 CENÁRIO DE PESQUISA

Nesta seção é apresentado o contexto histórico do Brasil que permeia a pesquisa e é tomado como parte fundamental para que os processos históricos mobilizados sejam compreendidos na sua completude, enquanto resultado dos movimentos sociais, e não isoladamente. Para isso, são utilizados os estudos de Romanelli (1993, 2005), Assis (2012), Schwarcz; Starling (2015), Saviani (2016) e Bulotas (2017).

3.1 Movimentações sociais e embates educacionais: o Brasil de 1970

Para compreender os aspectos que conduziram a uma conjuntura social silenciadora da década de 1970, é preciso considerar que a história é cíclica e interligada, dessa forma, os caminhos que levaram a remodelação do país estão ancorados no passado, por isso a necessidade de inseri-los nesse diálogo. Opta-se por começar essa narrativa pelo período do Estado Novo (1937-1945), durante a era Vargas, quando é realizada a criação das Leis Orgânicas, de 1942 a 1946.

Segundo o proposto nas leis, a organização da educação se daria da seguinte forma: ensino pré-primário, primário (obrigatório), ensino secundário, dividido em ginásial de quatro anos, e colegial de três anos, ensino técnico, que podia ser agrícola, industrial, comercial e normal (formação de professores), e, por fim, ensino superior, majoritariamente, frequentado pelas classes da elite. No entanto, conforme Romanelli (2005), a criação das leis ainda era limitada, uma vez que não atendia toda a população brasileira, já que os decretos-lei se referiam a cada nível do ensino isoladamente e a escola não era efetivamente frequentada por todos.

Um outro fator está relacionado ao fato de que, embora as leis tivessem sido criadas com o objetivo de regulamentar o ensino, na prática, tal efetividade não era concebida, pois o número de escolas existentes era baixo e a pobreza da população alta, com isso, o foco obtido centrava-se em mecanismos que pudessem complementar a renda dos cidadãos.

Em 1954, Juscelino Kubitschek – Partido Social Democrático – e João Goulart (Jango) – Partido Trabalhista Brasileiro – assumem o poder, como presidente e vice-

presidente, respectivamente, após o suicídio de Getúlio Vargas e, no ano seguinte, isto é, 1955, há a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 4024/61 (LDB/61), após anos de tramitação²³ (SCHWARCZ; STARLING, 2015). O objetivo segundo os pressupostos da lei concentrava-se no “preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio” (BRASIL, 1961, art.1º).

Há de se considerar que o contexto em que a LDB/61 se desenvolvia era à sombra de um conflito de interesses em torno da educação, um certo dualismo educacional, que envolvia, de um lado, os princípios escolanovistas que defendiam uma educação pública e, de outro, os católicos com seus anseios de um ensino privado sem a interferência do Estado em tal processo. Embora esse cenário, a LDB/61 se inseriu muito calcada em um princípio conciliador de ideias, uma vez que a sua base ideológica advertia que estariam “[...] assegurados aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares legalmente autorizados, adequada representação nos conselhos estaduais de educação, e o reconhecimento, para todos os fins, dos estudos neles realizados” (BRASIL, 1961, art. 5º).

No entanto, até que o que viria a ser compreendido por LDB/61 tenha sido aprovado, e fruto do dualismo educacional do período, o projeto passou por inúmeras reformulações na sua estrutura, a fim de atender os dois públicos supracitados, e por isso seu caráter conciliador, que não tinha a pretensão de atender nenhuma das partes envolvidas, mas antes o intuito solucionador da questão educacional que emergia naquela conjuntura social. A composição da lei que, finalmente, veio a ser aprovada em 1961, pode ser conferida no quadro abaixo:

²³ O projeto original foi enviado ao Congresso Nacional em 1948.

Quadro 5 – Estrutura LDB/61

Estrutura da LDB aprovada em 1961
Título I – Dos fins da educação
Título II – Do direito à educação
Título III – Da liberdade do ensino
Título IV – Da administração do ensino
Título V – Dos sistemas de ensino
Título VI – Da educação de grau primário Capítulo I – Da educação pré-primária Capítulo II – Do ensino primário
Título VII – Da educação de grau médio Capítulo I – Do ensino médio Capítulo II – Do ensino secundário Capítulo III – Do ensino técnico Capítulo IV – Da formação do magistério para o ensino primário e médio
Título VIII – Da orientação educativa e da inspeção
Título IX – Da educação de grau superior Capítulo I – Do ensino superior Capítulo II – Das universidades Capítulo III – Dos estabelecimentos isolados de ensino superior
Título X – Da educação de excepcionais
Título XI – Da assistência social escolar
Título XII – Dos recursos para a educação
Título XIII – Disposições gerais e transitórias

Fonte: Adaptado de Saviani (2016)

Daquilo que se refere à estrutura curricular, a LDB/61 manteve, em partes, a organização proposta pelas Leis Orgânicas do Ensino, mas de maneira flexibilizada. Do conjunto das leis promulgadas entre 1942 e 1946, resultou em uma configuração que, pós promulgação da supracitada LDB, ofereceu uma organização ao ensino da seguinte maneira: curso primário de quatro anos, seguido do secundário com a duração de sete anos, dividido verticalmente em dois ciclos, o ginásial, de quatro anos, e o colegial, de três anos, divididos horizontalmente, por sua vez, nos ramos

secundários, normal e técnico, sendo este último subdividido em industrial, agrícola e comercial (SAVIANI, 2016). Contudo, apenas o ensino secundário possibilitava o acesso ao ensino superior, os demais segmentos se desdobravam por si próprios.

O cenário estrutural, no entanto, era pouco favorecedor, o Brasil passava por incontáveis crises como a alta da inflação, a organização de algumas reformas e a desapropriação de terras para a reforma agrária. Ainda assim, a LDB/61 surgiu como uma “oportunidade de organizar o sistema de ensino a fim de buscar um desenvolvimento educacional no país” (BULOTAS, 2017). Ocorre que, logo em 1964, há um golpe de estado, o mais repressor da história, que colocou o Brasil sob a tutela da ditadura civil militar – situação que perdurou até o ano de 1985.

Acontece que, tomando o país, logo os militares trataram de remodelá-lo a sua maneira, de acordo com seus anseios e aspirações. E, assim, em meio a sete anos de tortura e 10 anos após a promulgação da LDB/61, é feita uma reforma educacional via lei nº 5692/71 com vistas à profissionalização, “no auge do milagre econômico e do Governo Médici” (ASSIS, 2012, p. 331), pensando em uma reestruturação que preparasse o educando para o seu ingresso direto no mercado profissional (ROMANELLI, 1993).

Cabe assentar que, calcados em uma crescente mobilização alimentada pelo pensamento e pela ideologia do nacionalismo desenvolvimentista (SAVIANI, 2016), a tomada do poder exigia adequações educacionais como forma de garantir a continuidade da ordem socioeconômica, e fomentar o desenvolvimento de um Brasil que carecia de mão de obra (formada de maneira barata). Com isso, o governo militar não achou pertinente editar toda a Lei de Diretrizes Nacionais aprovada em 1961, ao contrário, promoveu duas reformas²⁴, como maneira de ajustar a educação ao quadro político que se instaurava “como instrumento para dinamizar a própria ordem socioeconômica” (SAVIANI, 2016, p. 26).

²⁴ A reforma educacional nº 5692/71 é abordada ao longo de todo este trabalho, o outro ajuste, no entanto, trata-se do realizado pela lei nº 5540/68, denominado de Reforma Universitária. De acordo com Saviani (2016), o projeto foi resultado de um Grupo de Trabalho (GT) criado por decreto do então presidente da República, marechal Arthur da Costa e Silva, indicando que, no prazo de 30 dias, os estudos tinham que dar conta de garantir a “‘eficiência, modernização e flexibilização administrativa’ da universidade brasileira, tendo em vista a ‘formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país’” (SAVIANI, 2016, p. 26). Importante destacar que o GT funcionou sem nenhuma representação estudantil e, em linhas gerais, o projeto da Reforma Universitária buscou atender a demanda dos universitários e dos professores que reivindicavam a liberdade de cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o acesso ao ensino superior e, ainda, os interesses do governo militar que buscava fortalecer o vínculo entre o ensino superior ao projeto político de modernização.

A reforma que mais interessa ao recorte desta pesquisa, foi outorgada aos 11 dias de agosto de 1971, o projeto, dessa forma, alterou sensivelmente a estrutura do ensino que existia até o momento. Assim, no que antes se organizava como um curso primário com duração de quatro anos na sequência de um ensino secundário subdividido em um curso ginásial de quatro anos e um colegial de três anos, se consolida um ensino de primeiro grau com a duração de oito anos e um ensino de segundo grau com a duração de três anos. Ao invés de um ensino médio subdividido em ramos, se instituiu um curso de segundo grau com caráter profissionalizante, oferecendo um “leque amplo de habilitações profissionais” (SAVIANI, 2016).

As medidas tomadas no âmbito do regime antidemocrático foram resultado de um fechamento político que visava a continuidade da ordem socioeconômica e que se utilizou da educação como ferramenta de garantia para tal manutenção. Por isso foi necessário ajustar a educação, como forma de assegurar o desenvolvimento dos objetivos do novo governo. Há, no entanto, um elemento que merece destaque: a gênese de constituição da LDB/61 centrava-se em princípios liberais que cedeu lugar à concepção tecnicista da lei 5692/71, conforme argumenta Saviani (2016):

A diferença entre as duas orientações se caracteriza pelo fato de que, enquanto o liberalismo põe a ênfase na qualidade em lugar da quantidade; nos fins (ideais) em detrimento dos métodos (técnicas); na autonomia em oposição à adaptação; nas aspirações individuais antes que nas necessidades sociais; e na cultura geral em detrimento da formação profissional, com o tecnicismo ocorre o inverso. Ora, observa-se claramente que, enquanto os princípios da Lei n. 4.024/1961 acentuavam o primeiro elemento dos pares de conceitos acima enunciados, os princípios das Leis n. 5.540/1968 e n. 5.692/1971 fazem a balança prender para o segundo. (SAVIANI, 2016, p. 40)

Por mais evidente que seja, é pertinente salientar a ausência de educadores e especialistas da área de educação nas tomadas de decisão e nos processos de formulação de todas as leis/reformas criadas. As modificações eram implantadas em meio ao regime militar aonde as decisões competiam apenas a tais governantes, sem espaço de diálogo, e cabia aos especialistas em educação “apenas executar de modo eficiente as medidas tomadas na esfera da tecnoburocracia ocupada por técnicos oriundos predominantemente da área econômica” (SAVIANI, 2016, p. 40).

Disto, cabem, no entanto, algumas considerações, retificando que o sistema educativo estava organizado da seguinte maneira: ensino primário, com quatro anos de duração; ginasial, com 4 anos de duração; colegial, com 3 ou 4 anos de duração. Com a reforma, criaram-se dois níveis de ensino: 1º e 2º graus. O ensino de 1º grau reuniu o antigo primário e o ginásio, com oito anos. Já o ensino de 2º grau passou a ter profissionalização compulsória. A lei determinava que todas as escolas que ofertassem essa modalidade deveriam ter cursos profissionalizantes.

Isto posto, indica que a profissionalização compulsória estava dedicada aos alunos do 2º grau de ensino, que deveriam sair das escolas com habilidades técnicas para dar conta do desenvolvimento social. Mesmo assim, aos currículos de 1º grau, embora com a ausência da parte profissional, a formação já se concentrava para a autorrealização bem como o exercício da cidadania e o serviço ao país.

A política educacional pós-golpe de 1964

[...] se restringiu ao educacional e significou o exercício de poder de uma minoria sobre a grande maioria social, no âmbito do sistema escolar público. Com o planejamento de cima para baixo da tecnocracia, a política educacional se reduz a uma questão técnica, uma tentativa de simbolizar e dominar a realidade, fragmentando-a em etapas com o objetivo de discipliná-la. O planejamento, um instrumento para a concretização da política educacional, quando é tecnocrático e obedece a uma orientação platônica, não é flexível, não sofre mudanças de acordo com a dinâmica da realidade. (MARTINS, 1985, p.20-21)

Nesse cenário, portanto, a profissionalização era fundamentada por meio de uma pedagogia tecnicista de aprendizagem e pilar integrante de um modelo e concepção de educação que objetivava proporcionar uma formação ampla ao aluno, mas com vias ao caminho técnico para auxiliar no desenvolvimento nacional. É como se, de um lado, estivesse a educação e, de outro o mercado de trabalho, cujas ações são retroalimentadas entre si. E, dessa forma, tendo em vista essa estrutura educacional inerente à década de 1970, que se observará seus desdobramentos em um documento que servia como divulgador das diretrizes governamentais, objeto deste estudo, a RE/RS.

4 O IMPRESSO COMO FONTE: A REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL

Como bem já foi sinalizado pelo levantamento realizado a partir da pesquisa do tipo estado da arte, é fato a relevância histórica e social do uso da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul como fonte e objeto de pesquisa para os estudos desenvolvidos no campo da História da Educação, e isso pelas mais diferentes argumentações possíveis, seja pelo seu caráter didático, seja por privilegiar distintas áreas do conhecimento, seja por servir como elemento que permite compreender um período educacional.

A história do impresso, no entanto, não se constitui em uma narrativa linear e está intimamente relacionada às mudanças político-sociais ocorridas, isto é, para tentar compreender o lugar de prestígio que a Revista ocupou durante seu período em vigor (1939-1942 / 1951-1994), é imprescindível considerar seu contexto de produção e funcionamento. Também pertinente pontuar que outras pesquisas²⁵ já se debruçaram a desvelar a narrativa de constituição da Revista, o que não é o enfoque deste estudo. Ainda assim, alguns elementos dessa construção precisam ser retomados como forma de dar base a discussão realizada de maneira a focalizar no período em análise, a década de 1970, considerando seus processos de funcionamento e interrupções como fundamentais a sua história.

Dessa maneira, o impresso inicia com a primeira publicação realizada em setembro de 1939²⁶, quando “procurava ser para seu público leitor – magistério rio-grandense – um veículo das orientações didáticas-pedagógicas, da legislação do ensino, de notícias educacionais, em suma, da política educacional” (BASTOS, 2002, p. 50), em meio ao período do Estado Novo (1937-1945), como resultado de uma

²⁵ As pesquisas de Bastos (1997, 2002 e 2005) se propõe a narrar como a Revista do Ensino se originou de forma mais detalhada. Outra pesquisa que anda ao lado destes estudos, é a desenvolvida por Gervasio (2019), que disponibiliza um outro olhar para essa narrativa. Neste trabalho, portanto, ambas autoras são utilizadas como referências essenciais para os dados aqui obtidos.

²⁶ As informações utilizadas para delimitar o tempo de pausa e funcionamento da Revista do Ensino foram recolhidas da edição de nº 172, de 1992, chamada de edição histórica, que apresenta logo em seu sumário sua trajetória.

Disponível em <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/index.php/2020/05/27/ano-1992/> Acesso em 10 de nov 2022

mobilização realizada a fim de participar do movimento de “reconstrução nacional”²⁷, fruto do projeto estadonovista da era Vargas (BASTOS, 2005).

A iniciativa dos professores da Universidade de Porto Alegre (UPA)²⁸ e da Secretaria de Saúde e Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SESP/RS), foi liderada pelo professor Pery Pinto Diniz, e mantinha as publicações do impresso destinadas a atender os professores primários do sistema de ensino, resultado de um “projeto autônomo e pioneiro, cujo alvo era o magistério da rede estadual” (BASTOS, 2002a, p. 100). Cabe, neste entremeio, salientar o nascimento da Revista como decorrência das relações pessoais dos docentes interessados e a ligação do professor Pery ao Dr. J. P. Coelho de Souza que presidia a SESP/RS à época.

Um primeiro elemento que evidencia o elo Revista-Estado, está sustentado na argumentação do próprio impresso de 1939 quando

Damos corpo e forma ao velho ideal de servir à coletividade colaborando (...) na solução do problema da formação da inteligência nacional, obra da educação organizada que se reveste de importância máxima sobretudo na fase atual, caracterizada pelo sentido nacionalista e patriótico da Reconstrução do País, e afirmação de sua existência como nação livre e soberana no conceito internacional. (REVISTA DO ENSINO, 1939, p. 7)

Buscando servir “à coletividade” o impresso se inseriu na perspectiva de divulgação da política educacional se constituindo “num significativo instrumento de propagação da doutrina pedagógica oficial; tribuna para diferentes especialistas, que expuseram seus pensamentos, refletindo o movimento de ideias, em nível regional e nacional (BASTOS, 2002, p. 50)”. Um outro elemento fundamental neste debate, está

²⁷ Durante o período do Estado Novo a educação era utilizada como mecanismo de reordenação da sociedade e, para isso, a escola possuía o caráter de difundir tal percepção. É no período de 1942-1946 que as Leis Orgânicas são criadas, posteriormente chamadas de Reforma Capanema, e mantém o dualismo educacional como estratégia de manter o ensino secundário (que só se tornará obrigatório para toda a população com a reforma lei nº 5692/71) às elites detentoras do poder, na medida em que o caminho profissional é destinado às classes populares. O Ministro da Educação à época, Gustavo Capanema, proferiu em um dos seus discursos de que o papel da educação era de preparar um homem completo, como cidadão e trabalhador, capaz de agir frente ao plano moral, político e econômico a fim de servir à nação. Com isso já são esboçados e evidenciados os primeiros indícios da necessidade de mão de obra qualificada, e, o porquê, o modelo propedêutico de educação se restringe às camadas mais favorecidas da sociedade, ao passo que o ensino profissionalizante era destinado aos menos favorecidos.

²⁸ Universidade que, a partir de 1947, se constituiu como a Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), até o ano de 1965, quando foi instituída a lei federal nº 4.759, padronizando o nome das universidades federais e a supracitada universidade passa a ser referida como “UFRGS” (MANSAN, 2009).

o fato de, apesar da produção da Revista estar atrelada às instituições públicas, sua renda era oriunda de anúncios publicitários por ela publicados, além das assinaturas mensais, e era editada pela Editora Educacional LTDA.

Bastos (2005a), traz um trecho que explicita a relação entre a própria Revista, a UPA e a SESP/RS, e dá indícios da ruptura do funcionamento do impresso em 1942:

Parece que o episódio que teria afetado as relações entre o professor Pery Pinto Diniz e o secretário J. P. Coelho de Souza deveu-se ao projeto do reitor Ary de Abreu Lima de transformar a universidade em escola única, integrando primário, secundário e ensino superior como um centro cultural integrado à comunidade. O projeto pretendia incorporar instituições, tais como a Biblioteca Pública, o Museu Júlio de Castilhos, o Instituto de Meteorologia, como órgãos complementares da universidade, a fim de melhor dotá-la de elementos que lhe proporcionassem meios de cumprir sua finalidade. Esses órgãos pertenciam ao Estado, ao qual a universidade também estava ligada, mas com alguma autonomia. O secretário J. P. Coelho de Souza não apoiou a ideia – atribuindo o projeto ao professor Pery Pinto Diniz –, argumentando que representaria uma diminuição do poder da secretaria e o fortalecimento da universidade. Esse incidente afetou as relações pessoais e profissionais: “Com isso, vi que não havia mais condições de trabalho. Foi naturalmente. Eu me desinteressei pelo assunto, porque as instituições mudaram [...]. Houve um momento em que meu próprio relacionamento com a secretaria ficou afetado” (BASTOS, 2005a, p. 89-90).

Observando os fatos, esse, possivelmente, foi o elemento que induziu a interrupção do impresso, em 1942²⁹, uma vez que seus editoriais eram criados a partir de um processo colaborativo entre os professores da UPA, divulgando os conhecimentos científicos produzidos na universidade, e a contribuição da SESP/RS na diagramação e *layout* do documento. Mas dadas as circunstâncias apontadas, e as semelhanças nos discursos do Estado e os argumentos apresentados pela Revista, parece viável afirmar que as publicações de 1939 a 1942 tinham como pretensão disseminar e propagar as diretrizes governamentais como forma de atender aos anseios dos professores.

²⁹ Eis a primeira lacuna teórica quanto ao funcionamento da Revista do Ensino. Segundo Bastos (2005a), a primeira fase do impresso finda em 1942 e, de acordo com a Revista, seu fim é datado em 1943, pois “a revista fechou em 1943, quando a 2ª Guerra Mundial desgastava as economias dos países aliados e afetava a moral de todos” (REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL, 1992, p. 25). Gervasio (2019), em contato com os materiais do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), que possui o acervo desta fase, constatou que, de fato, as publicações findam em 1942, totalizando cerca de 27 exemplares. Esse hiato, no entanto, merece a devida atenção dada as outras fases de circulação do impresso e como forma de evitar vieses científicos, já que há uma disparidade nos dados encontrados.

Reitera-se como *possível* fato que levou ao fim da primeira fase do impresso justamente por não haver motivos sólidos na literatura que ampare tal afirmação. Ocorre que, de fato, a Revista ficou suspensa por 9 anos e ressurgiu com a sua segunda fase, a partir de 1951 até o ano de 1965. Contudo, aqui reside uma interrogação histórica, levantada a partir do trabalho de Fischer (2005), ao realizar uma entrevista com a professora Maria de Lourdes Gastal.

Na obra de Fischer (2005), é relatado que, a partir de sua insistência, Maria de Lourdes aceita falar sobre o processo de criação da Revista, fruto do seu já contato com periódicos estrangeiros, e convencida de que era possível ter a sua própria Revista, ainda que pequena. A transcrição da entrevista vai apontando possíveis educadores que poderiam compor o conselho editorial, de acordo com os novos propósitos do impresso, até chegar ao ponto de quem editaria o material.

Se inseriu ao diálogo, portanto, a livraria *O Globo*, por meio do *gentilíssimo* Henrique Bertaso, que aceitou produzir o documento. É assim que são reunidos nomes para fazer parte do projeto, liderado por Maria de Lourdes, e que deu origem, em 1951, no que se pode chamar de a *nova* Revista do Ensino.

Há um trecho relativamente extenso no trabalho de Gervasio (2019) que, devido a sua clareza argumentativa, merece ser mencionado neste momento, porque aponta consistentes possibilidades que elucidam se tratar de duas Revistas do Ensino distintas, e que, o impresso que se estende até o ano de 1992 teve sua origem em 1951. Conforme ela:

Reside na comparação [de] que trata[m] sobre a criação, organização editorial e propósitos da RE/RS em sua primeira fase, as principais diferenças que colocam em dúvida se a Revista do Ensino publicada a partir de 1951 foi, de fato, uma continuidade da Revista do Ensino publicada entre 1939 e 1942. Pois, além de carregarem o mesmo nome, as informações apresentadas sobre a fundação, organização e propósitos das Revistas, dão conta de diferenças substanciais que podem ser elencadas a partir das falas de seus distintos fundadores. Primeiramente, a RE/RS da primeira fase (1939-1942) tinha na articulação da UPA e da SESP/RS sua sustentação. Os materiais publicados, em sua maioria, tinham como objetivo dar visibilidade aos conhecimentos advindos da universidade, o que demonstra que a Revista possuía, privilegiadamente, um caráter científico, de valorização da universidade. Na segunda fase (1951-1965) as iniciativas da professora Maria Gastal foram, inicialmente, privadas, sem vínculo com a Secretaria de Educação, e com o objetivo claro de fornecer material didático, prático, atrativo e útil aos professores. Do ponto de vista técnico, o *layout* das Revistas nas duas fases pouco se assemelha, embora esse critério não possa ser determinante, pois no intervalo de tempo em que a Revista deixou de circular, muitos avanços técnicos e editoriais puderam ser alcançados. Há ainda que

se considerar que a editora que finda a primeira fase - a Editora Educacional LTDA., empresa criada pelos diretores da Revista à época, de acordo com Bastos (2005a, p. 88) – e que não é a mesma que a retoma em 1951, fato concretizado pela já renomada Livraria do Globo, que ao invés de dar continuidade na sequência de números da edição, recomeça a contagem, publicando a edição nº 01. Não é possível, no entanto, realizar uma “acareação” entre os envolvidos nas publicações das primeira e segunda fases da Revista do Ensino para, de fato, entender este capítulo da história, tão pouco foram localizadas informações conclusivas sobre o tema. O fato é dada a incerteza será sempre necessário destacar que não há um conclusão histórica sobre ser ou não a mesma revista. O que se tem são duas publicações de mesmo nome, com público-alvo semelhante, mas surgidas e regradas com propósitos diferentes. Se, a professora Maria Gastal, de fato não conhecia a primeira Revista do Ensino ou se buscou nela inspiração – a começar pelo nome – nunca saberemos, porém, tal dúvida histórica em nada muda a reputação deste importante periódico educacional, essencial para a compreensão dos modelos educacionais em vigor no Rio Grande do Sul, nos diferentes períodos. (GERVASIO, 2019, p. 48)

Compreende-se, portanto, que o impresso que circulou em 1951, tratava-se de um diferente do criado em 1939, mas que, na própria edição histórica, era visto como continuidade do primeiro. De acordo com o próprio exemplar:

Em 1951 renasce a Revista do Ensino, obra arrojada de três professoras primárias – Maria de Lourdes Gastal, Gilda Garcia Bastos e Abigail Teixeira. Sob a direção de Maria de Lourdes Gastal, a Revista chega à expressiva tiragem de 40 mil exemplares, sendo trocada por revistas pedagógicas de vários países e contando com assinaturas nos Estados Unidos, Itália, Espanha, Suíça, Portugal, Japão, Moçambique, Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Colômbia e México. Na verdade, mais de 70 países recebiam o material didático elaborado no Rio Grande. Em 1965, a Professora Maria de Lourdes, depois de publicar 100 números, passou a direção para a Professora Maria Magdalena Letzenberg. [...] Era setembro, também primavera (REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL, 1992, p. 33).

Bastos (2005a), no entanto, continuou dedicando seus esforços no estudo do exemplar e destaca que, “apesar das intenções comuns, a revista (re)inicia com características distintas” (BASTOS, 2005a, p. 338), voltando-se a orientar “o professor primário rio-grandense, divulgando diretrizes técnico-pedagógicas, material didático e legislação relativa ao ensino” (BASTOS, 2005a, p. 337). Algumas diferenças foram substanciais nesse novo começo, a primeira delas é que quem assumiu a responsabilidade de publicar o impresso, como sinalizado, passa a ser a livraria *O Globo*, até o ano de 1955, já que, no ano seguinte, 1956, o exemplar passou a ser de publicação oficial do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande

do Sul (CPOE/RS)³⁰, que foi criado como uma medida de reorganização da SESP/RS. Aqui se tem uma rápida oscilação entre o público e o privado e, segundo Gervasio (2019):

[...] percebe-se que a encampação da RE/RS pelo Estado, momento também em que a Revista passa a ser subordinada ao CPOE/RS, representou a sua continuidade e salvação. Editorialmente, poucas mudanças podem ser percebidas no corpo da Revista e, as passíveis de percepção, estão relacionadas, especialmente, com o início de publicações assinadas pelo Centro, de caráter bastante técnico, mas sempre direcionadas a repassar orientações sobre a condução do ensino desejado. (GERVASIO, 2019, p. 50)

Um outro elemento diferencial refere-se ao fato de que, a partir de 1957, o impresso publica um suplemento “com orientação para o seu aproveitamento como recurso visual em sala de aula” (BASTOS, 1997, p. 54):

Cada suplemento gráfico abarca temas específicos: Plano para a organização de uma biblioteca escolar; Profissões e serviço da comunidade; Acontecimentos históricos do Brasil-Colônia; Um mapa é uma representação plana da terra; Animais em seu habitat; Você conhece os símbolos da nossa pátria. A partir do nº 58, de 1959, o suplemento didático é mensal, com orientação para o seu aproveitamento no corpo da revista. É também editado

³⁰ A inserção desta nota, mesmo o CPOE/RS não sendo objeto principal deste estudo, se dá pelo importante papel desempenhado pelo Centro no seu período de funcionamento (criado em 1943 e extinto em 1971 com o cenário da ditadura civil militar) em que serviu como ferramenta de difusão das diretrizes educacionais. De acordo com Quadros, Tambara e Bastos (2007) o trabalho do Centro teve função “proeminente no planejamento, na organização e na avaliação do processo pelo qual o Estado assumiu o problema da escola no Rio Grande do Sul” (QUADROS; TAMBARA; BASTOS, 2007, p. 324). Ainda de acordo com eles, “o Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais foi criado em 1943, por transformação da Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública. Por isso, já nasceu forte. Sua instalação aconteceu nos marcos da reforma educacional empreendida pelo estado com o intuito de construir e assumir, de forma efetiva, o controle organizacional do sistema educativo. Para tanto, buscou-se estabelecer políticas, disciplinar, monitorar, avaliar e dirigir os modos pelos quais a reforma foi constituída. Nesse sentido, as ações da Secção Técnica e do CPOE/RS significam o reconhecimento e a supervisão direta da escola pelo estado. O trabalho desenvolvido no âmbito do CPOE/RS, entre 1943 e 1971, aconteceu num cenário de expansão da escolarização, em que se destacou crescimento expressivo do número de matriculados e de professores contratados. Nesse contexto, os técnicos em educação do CPOE/RS preocuparam-se, principalmente, com a produção de um conhecimento especializado acerca dos estudantes e do processo de ensino-aprendizagem, alcançado por meio de estudos e pesquisas, e com o desenvolvimento profissional do magistério, que envolvia o planejamento, a coordenação e a avaliação do trabalho do professor, com vistas a alcançar a produção de uma força de trabalho disciplinada e mobilizada para efetivar a renovação educacional, na direção da implantação dos princípios escolanovistas.” (QUADROS; TAMBARA; BASTOS, 2007, p. 324-325). Além de todos esses fatos, o CPOE/RS quando assumiu a publicação da RE/RS promoveu um respiro ao impresso que, na sua última edição de novembro de 1955, afirmava ser o último exemplar publicado, e, ao receber financiamento do Centro, permaneceu com suas edições (GERVASIO, 2019). Para melhor compreender a constituição histórica do CPOE/RS durante seu funcionamento, ver Quadros (2006).

o “Índice Cumulativo”, abrangendo a matéria publicada do nº 1 até o nº 168, em 13 volumes. (BASTOS, 1997, p. 54)

Aqui reside uma raridade de pesquisa: os suplementos foram elaborados para, efetivamente, ocupar os espaços da sala de aula, diferente da Revista, que era exclusivamente de instrução aos professores. Em decorrência da sua funcionalidade, portanto, logo estavam sendo utilizados nas salas dos docentes do ensino primário, elemento que impossibilita, por exemplo, ter acesso a esse material como forma de conhecê-lo, investigá-lo e analisá-lo, dado a sua utilidade.

Os motivos pelos quais a segunda fase da Revista chega ao seu fim não são encontrados, no entanto, segundo Gervasio (2019), esse fim de ciclo está atrelado à mudança de gestão da Revista, não mais administrada pela professora Maria de Lourdes Gastal, e sim, pela professora Maria Magdalena Letzenberg, que foi uma das fundadoras da segunda fase do impresso. A troca de gestão chega a ser anunciada em uma edição do ano de 1964, de nº 101, cujos excertos que, apesar de longos, são necessários e podem ser conferidos abaixo:

Da necessidade que sentimos de manter um contínuo contato entre a Direção da Revista do Ensino e aqueles que a lêem é que nasceu esta “Nossa Coluna”, espaço despretensioso e amigo, onde nossas dificuldades e problemas, nossas esperanças e alegrias são sempre expostas com sinceridade. [...]

Agora, tendo sido já lançado o número 100 da Revista do Ensino e confiantes na atuação dos responsáveis pela regularidade de sua distribuição, consideramos cumprida nossa missão e alcançado nosso ideal: colaborar para o aperfeiçoamento do Magistério de nossa Terra através desse periódico que levou o nome do Rio Grande a todos os recantos do Brasil e, mesmo, ao exterior. [...]

Ao deixarmos esta Direção, sentimo-nos recompensados dos sacrifícios e das muitas renúncias que tivemos que fazer para mantê-la: deixamos em circulação uma grande Revista, “a melhor que já se fez no Brasil, no gênero”, como a qualificam numerosos professores de renome nacional; deixamos funcionando uma equipe de redatores, paginadores, desenhistas, que é apontada nos meios da imprensa do Rio e de São Paulo como uma das melhores do País, deixamos uma Revista que, em verdade, congrega os professores da Pátria Brasileira.

Deixamos a Direção da Revista do Ensino com a satisfação de sermos atendidas pelo Senhor Secretário de Educação e Cultura de nosso Estado, em nossa indicação Professora Maria Magdalena Letzenberg, para assumir à sua Administração. Possuidora de todas as qualidades necessárias para ocupar tal cargo, Professora Maria Magdalena não medirá esforços para que esta publicação permaneça dentro das diretrizes básicas educacionais que até aqui a têm norteado.

Reiteramo-nos agradecidas pela confiança que sentimos sempre em nós depositada pelos professores colegas.

Reiteramo-nos na certeza de que demos ao Rio Grande e à nossa Pátria o máximo de nosso entusiasmo e nossa coragem, o máximo de nosso zelo e nosso trabalho, o máximo de nosso Amor pela causa da Educação do povo brasileiro. (REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL, 1964, p. 7)

A terceira fase do impresso já nasceu, portanto, em 1965 até 1975, sob a coordenação da professora Maria Magdalena, e esse ciclo da Revista do Ensino ganha especial atenção neste estudo porque é o cerne da pesquisa, pois foi durante a década de 1970 que a lei nº 5692 foi formulada, e que as edições publicadas constituem o *corpus*³¹ de análise. Nessa fase, uma das características do impresso está na sua tiragem máxima alcançada, chegando a 55.000 exemplares em 1971 (BASTOS, 1997, p. 53).

Um elemento que pode justificar a ampliação no número de edições vendidas e, um outro entrelaçamento Revista-Estado, está centrado no fato de que, com a promulgação da lei 5692/71, que ampliou os níveis do ensino e passou a propor o ensino profissionalizante, a Revista incorpora tais medidas. Em outras palavras, se, na sua primeira fase, apenas o ensino primário era garantia do Estado, suas orientações estariam destinadas aos professores de tal ano. Portanto, quando há uma lei que revoga tal medida e amplia os níveis de ensino oferecidos, a Revista se ajusta a esse novo discurso do Estado, como maneira de atender, também, os novos docentes.

Os estudos de Bastos (1997, 2002abc e 2005ab) e de Gervasio (2019), que já foram elencadas como autoras conhecidas na área por suas expertises no trabalho com a Revista, em quase nada apontam a ruptura que se teve de 1975, exceto pela ampliação dos níveis de ensino atendidos. De maneira que já foi evidenciado as sucessíveis adequações do impresso com as diretrizes em vigor, o reajuste de propósito e a ampliação do ensino parecem ter colaborado para o enfraquecimento e interrupção da Revista.

Segundos Bastos (2002b):

As mudanças administrativas da SEC/RS [Secretária da Educação do Rio Grande do Sul] e a reforma do ensino de 1º e 2º graus em 1971 – Lei nº 5.692, que ampliou a área de abrangência da revista para outros níveis de ensino, diluindo o interesse e a especificidade – ensino primário / 1º grau, parece ter sido alguns dos fatores que contribuíram para a descontinuidade e

³¹ Na seção 5, intitulada “Percurso da Pesquisa”, as edições que serão analisadas serão detalhadas.

descaracterização da Revista, ao longo da década de 1970, levando a interrupção de sua publicação no ano de 1978, com a edição conjunta dos números 167 a 170 em um único volume. [...] Tudo indica que o longo ciclo de vida da Revista do Ensino parece ter sido decorrência de dois fatores que, aliados, garantiram sua continuidade editorial: a supervisão técnica do CPOE/RS e a permanência do grupo diretivo. (BASTOS, 2002, p. 60)

Cabe, no entanto, reiterar o caráter de possibilidade de interrupção e descaracterização do impresso, e não efetivamente como motivos certos que culminaram na sua pausa, em 1975, pois é justamente o marco de início da quarta fase do exemplar, perdurando até 1978. Bastos (1997) destaca que, neste espaço de tempo, quem assumiu a coordenação da Revista foi a professora Maria Josepha Pisacco Motta, e que

[...] nesta fase, a revista passou a ter nova orientação: foram incluídas matérias institucionais e de interesse administrativo, com abertura para o 2º e 3º graus. Além disso, boa parte de seu espaço passou a ser ocupado por temas específicos relacionados à saúde, ao turismo e ao mar, para citar três exemplos. (REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL, 1992, p. 54)

Mais uma vez se teve um intervalo de produção do impresso (1975-1978), relativamente curto, se comparado com suas outras fases, e que também foi marcado pela troca de direção, e, aliás, talvez aqui já seja possível argumentar de que, a cada novo ciclo, a Revista ressurgia sob nova direção, mesmo que os motivos de interrupção se dessem pelas mais diferentes maneiras, mas, ainda assim, calcadas no âmbito das relações, sejam pessoais ou profissionais, e acentuadas pelo contexto externo.

Abruptamente a Revista parou em 1978, e só é retomada em 1989. Algumas possíveis hipóteses são levantadas por Gervasio (2019) e pertinentes de serem mencionadas aqui

[...] não há informações sobre os motivos que levaram a interrupção da publicação em 1978, mas o que se consegue compreender, considerando as notícias que se tem sobre os acontecimentos no Brasil na década de 1970, quando o país esteve sob a tutela da ditadura civil-militar e, ainda, considerando o episódio destacado sobre a biblioteca [quando alguns exemplares do impresso são perdidos], e mais um dado apontado por Bastos (1997, p. 60) que diz que “de 1971, quando da extinção do CPOE/RS, até 1978, são publicados somente 36 números” e considerando levantamento de

dados realizados para esta pesquisa que aponta que, durante o período em que a RE/RS esteve sob a supervisão técnica do CPOE/RS, publicou 97 edições, pode-se considerar que com o fim do Centro e a influência do período da ditadura civil militar, a RE/RS foi perdendo força econômica, diminuindo suas publicações, até interromper sua circulação. (GERVASIO, 2019, p. 54)

Esse trecho, reforça, sobretudo, o quanto o vínculo com os órgãos públicos também garantiam a produção e distribuição do periódico, inicialmente por meio da SESP/RS, seguidos da encampação realizada pelo CPOE/RS e, até mesmo, o curto período de tempo que esteve sob responsabilidade da editora Globo. Quando uma mudança na conjuntura social é feita, instintivamente tais reflexos são sofridos pelo impresso, quem em 1978 no auge do golpe militar, perde investimento e, conseqüentemente, não é produzido.

A retomada, portanto, dada em 1989 até 1991, compreendida como sua quinta fase, é quando a direção é assumida por jornalistas

A administração, neste período, propôs-se a reeditar “uma nova revista, comprometida com as mudanças”. As inovações introduzidas consistiram em apresentar a revista em forma de tabloide, passando a pauta e a elaboração das matérias para a responsabilidade de jornalistas. Entrevistas e reportagens atinentes a assuntos educacionais foi a tônica dos 3 números editados nessa fase. (REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL, 1992, p. 62)

Apesar da mudança no corpo editorial, que impactou em diversos âmbitos no escopo do impresso, Bastos (1997) assegura que a preocupação ainda era na produção de “artigos didático-pedagógicos; relatos de experiências; legislação; entrevistas e reportagens sobre a memória e a História da Educação rio-grandense; assuntos da atualidade; mercado editorial; serviços; humor” (BASTOS, 1997, p. 60). Muito embora da preocupação em ainda servir de apoio às demandas do ensino, ao ser assumida por jornalistas, o compromisso dos mesmos centra-se em

[propor] nesta mudança também uma inovação que, se espera, trará bons resultados: a revista será feita por jornalistas jovens, jornalistas que não devem ter preconceitos em relação à educação, isto é, ideias preconcebidas. É uma tentativa de transferir professor e experiência para o centro da revista, sem que ele mesmo faça o texto e busque palavras ou ideias. Esta será a tarefa do jornalista. Ele vai perguntar, vai investigar, vai escrever, e vai se

comprometer com esta fascinante tarefa da Educação. (REVISTA DO ENSINO, 1989, p. 24)

Dada a tentativa de elucidar alguns principais aspectos que deram origem ao que atualmente se tem como fonte relevante à História da Educação, a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, algumas particularidades ainda precisam ser problematizadas, retomando a ideia principal apresentada no início deste capítulo de sua trajetória não ser linear. Mas, ainda assim, é inquestionável que suas rupturas e recomeços estão atrelados aos movimentos políticos e sociais e as mudanças educacionais propostas pelos governos em vigor e que viam na Revista uma possibilidade de propagar o que por eles era quisto.

O guia para essa retomada da história da constituição da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul foi a edição histórica de 1992, que é publicada, por consequência, um ano após o impresso encerrar a sua quinta fase. Não obstante, ainda há de se evidenciar que, no site do Repositório Digital Tatu, por exemplo, é possível encontrar além da edição de 1992, outros dois exemplares, de 1993 e 1994, com periodicidade anual, e que, de certo modo, escapam da história do impresso aqui relatada³². Bastos (1997), de certo modo, resume o intuito dessa edição ao assumir que

Afirmando novas intenções e propósitos, esta edição procura resgatar a Revista do Ensino em sua trajetória histórica, republicando depoimentos, entrevistas, artigos que marcaram as distintas fases, identificadas em cinco momentos [...] Nessa revisão histórica, a equipe editorial assinala o ano de 1992 como marco de que a Revista continuaria, afirmando "o propósito de nos empenharmos para que ela volte a ser um importante suporte teórico-prático no processo ensino-aprendizagem, colaborando na atualização e aperfeiçoamento do professor", o que tem a pautado desde a primavera de 1939, e retomado em outras primaveras – 1951, 1989, 1992... (BASTOS, 1997, p. 62)

³² Um outro embate teórico nessa narrativa, consiste no próprio exemplar nº 174 de 1992. Isso porque, de acordo com os estudos de Gervasio (2019), a partir do levantamento realizado no site do Repositório Digital Tatu, no Centro de memória pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares e no Centro de Estudos e Investigações em História da Educação, a última edição publicada em 1978 foi de nº 179, e, quando retorna em 1992, como edição histórica, a publica com o nº 174 sem justificativas ou indícios de tal fato. Como ainda não foram encontradas na literatura e na própria Revista motivações que expliquem este dado, essa é também uma interrogação histórica que carece de futuras investigações, mas que, mais uma vez, em nada altera a pertinência do impresso.

Dessa perspectiva é possível compreender seus outros dois exemplares encontrados – 1993 e 1994 – como mencionados, e que não foram abarcados na narrativa aqui realizada, e essa ainda é uma parcela da história que possibilita um leque de interpretações, essencialmente, quando se parte da mudança estrutural que a Revista sofreu, seja na sua direção ou na sua diagramação, e que ainda carece de ser investigada.

Mas fato é que dúvida histórica alguma coloca em questionamento o lugar social de prestígio que a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul possuiu durante seu funcionamento e que, ainda nas palavras de Bastos (1997), interrogá-la é uma maneira de compreender os ideários educacionais que nortearam o pensamento político-pedagógico de cada época, atentando-se aos elementos cruciais dessa investigação: de que a cada novo ciclo, novos propósitos eram atribuídos ao impresso e de que é preciso a cautela de, ao analisá-lo, não cometer anacronismos de pesquisa, pois apesar do formato e finalidade distintas, sempre permaneceu firme em servir ao magistério gaúcho como um documento político.

4.1 Vozes da imprensa: um enfoque na Imprensa de educação e ensino

Muito se tem discutido sobre o ofício do historiador e suas relações com seus objetos de pesquisa e, em um diálogo mais amplo, o alargamento do conceito de fonte de pesquisa (IVASHITA, 2014), nas pesquisas assentadas no campo da História e da História da Educação, dada a diversidade de materiais que estão, constantemente, ocupando este espaço, de serem visitados pelos pesquisadores e fornecerem uma série de elementos dotados de informações que permitem (re)pensar o tempo passado.

Partindo disso, o olhar focalizado deste trabalho é em um destes documentos que surge como fonte e objeto de pesquisa, e compõe a Imprensa de educação ensino, uma vez que a partir da análise dos documentos a ela pertencentes se torna possível compreender e/ou desvelar momentos do cenário educacional e, também, do contexto histórico-social, já que a imprensa enquanto fonte é capaz de revelar os processos educativos vigentes. Além disso, há de se destacar, também, o caráter

inovador da mesma na qualidade de objeto da HE, fruto da visão ampliada do que se compreende como fonte de pesquisa.

É basilar, no entanto, antes de seguir arguindo sobre o notório espaço que a Imprensa de educação e ensino vem ocupando no campo da História da Educação e as razões pelas quais ganhou esse espaço, que há uma pluralidade de termos sendo utilizados como sinônimos da supracitada imprensa, e, por isso, é necessário conceituá-la. Dessa forma, amparando-se em Gervasio (2019), materiais que reúnam em seu corpo editorial, estrutura, diagramação e caracterização princípios da imprensa, que possuem regular periodicidade, público alvo específicos e consideram questões como diagramação e *layout* são caracterizados como veículos pertencentes à Imprensa de educação e ensino.

Em decorrência dessa caracterização, termos como: imprensa periódica pedagógica, imprensa periódica, imprensa pedagógica e imprensa educacional não são tomados como sinonímia neste trabalho. As razões estão alicerçadas no argumento de que todas as imprensas elencadas foram atualizadas no termo Imprensa de educação e ensino, que mantém em suas publicações o foco em abranger questões com cunho educacional, mas que também consideram os pressupostos da Comunicação Social, sendo o exemplo da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul.

Um outro aspecto está relacionado ao termo impresso educacional, utilizado ao longo de todo este trabalho³³, que é compreendido como dispositivo da Imprensa de educação e ensino, como produto dela, por reunir e se preocupar em atender as características de tal imprensa, e se diferem dos impressos pedagógicos, uma vez que estes últimos apesar de abordarem assuntos relacionados à educação, são materiais que, do ponto de vista estético, não se atentam às questões de apresentação e atratividade. Por mais que possuam rigor, lhes falta periodicidade³⁴.

A partir disso, pode-se dizer que o novo olhar que tem sido lançado aos documentos da Imprensa de educação e ensino tem demandado do pesquisador além da permanência do afastamento do objeto, a atenção de que os documentos que

³³ Mesmo que em alguns casos o termo tenha sido utilizado apenas como impresso, em todas as vezes, refere-se aos impressos educacionais.

³⁴ Muito embora tenha se feito uma escolha conceitual para a utilização dos termos Imprensa de educação e ensino e impressos educacionais, em nada interfere a reputação das outras imprensas ou dos impressos pedagógicos. Trata-se de opção teórica, uma vez que os termos foram atualizados e, por isso, permitem uma compreensão mais completa acerca dos mesmos.

pertencem à Imprensa possuem, em seu escopo, não apenas o caráter educacional, mas a voz do Estado em seus escritos, o que o torna historicamente situado, e que, por vezes, age como um porta-voz do governo em vigor, que possui diretrizes governamentais que lhes são próprias.

A Imprensa de educação e ensino tem se caracterizado como um material que, ao reunir conteúdos e propor atividades, esboça problemáticas do tempo em que esteve em funcionamento, e, assumindo o papel de objeto de investigação, por meio dos impressos a ela pertencentes, tem se consolidado como uma possibilidade de análise que oportuniza uma compreensão que considera a conjuntura social. Além disso, a multiplicidade de autoria nos documentos nela produzidos auxiliam no processo de entendimento sobre as formas do meio educativo e sobre quem produzia esses materiais, que normalmente eram professores vinculados a uma instituição estadual.

A significância de garimpar os impressos educacionais e utilizá-los como objeto de pesquisa, está bem fundamentado em Bastos (2002c), ao falar sobre a própria imprensa enquanto possível reveladora de significados e diferenças, e que é papel do pesquisador decompor o material para analisá-lo:

[...] cabe ao pesquisador fazer uma desmontagem do texto – da imprensa – a fim de desvelar os significados, as contradições e as diferenças de forma e de conteúdo das falas que produz. Essa desmontagem significa análise do processo e das condições de sua produção/construção, a partir dos discursos disponíveis. [...] Assim, a imprensa é um instrumento privilegiado de pesquisa para a construção do conhecimento em História da Educação. A imprensa [...] – jornais, Boletins, revistas, magazines – feita por professores para professores, feita para alunos, por alunos pares ou professores, feita pelo Estado ou por outras instituições – sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igreja – contém e oferece muitas perspectivas para a compreensão da História da Educação e do ensino. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e as filiações ideológicas, as práticas educativas. (BASTOS, 2002, p. 153)

A imprensa nesse contexto assume um papel primordial na formação de opiniões, na difusão e implementação do pensamento político-pedagógico propagado pelo Estado e que é, de certo modo, transferido para as páginas do documento, porque ao tomá-la como objeto de estudo é trabalhar, simultaneamente, com dois dispositivos ideológicos, de um lado a educação e, do outro, a própria imprensa. Em virtude deste dado é que ao se propor ao trabalho com a imprensa é se prestar a dar

vez e voz a historicidade deste documento como ferramenta de instrução, formação e orientação.

Catani (1996), destaca a potencialidade da investigação acerca das revistas especializadas, e que é preciso tomá-los como núcleos informativos e que, muito provavelmente, em suas edições há a estratégia de tornar legítimo o discurso vigente relativo às questões do ensino a partir de um conjunto de prescrições e orientações que é tomado como ponto de partida pelos docentes, dado o valor social que o impresso ocupa. Segundo ela

[...] as revistas especializadas em educação, no Brasil e em outros países, de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional. Por outro lado, acompanhar o aparecimento e o ciclo de vida dessas revistas permite conhecer as lutas por legitimidade, que se travam no campo educacional. É possível analisar a participação dos agentes produtores do periódico na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam a instaurar as práticas exemplares. (CATANI, 1996, p. 117)

Trata-se, portanto, de uma tentativa de assumir e defender que a imprensa comprova por meio de seus modos de funcionamento – aspectos editoriais, formas de produção/distribuição/circulação/recepção – que as articulações entre teorias e práticas estão no cerne da constituição desses dispositivos e que não ocorrem sem disputas ou embates. Por isso o empenho em focalizar o olhar em um destes documentos da Imprensa de educação e ensino como forma de tornar visível seus modos de produção, funcionamento e distribuição.

5 PERCURSO DA PESQUISA

Retomando a questão que norteia esse estudo, que é a seguinte: de que maneira a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul materializou em suas páginas as mudanças prescritas para o ensino de 1º e 2º graus preconizadas pela Reforma do Ensino de 1971?, essa seção se dedica a detalhar de que maneira essa pesquisa se desenvolverá.

Saviani (2004) é cirúrgico quando aponta que as fontes são “testemunhos dos atos históricos” justamente pela discussão no âmbito social produzir efeitos diversos em diferentes áreas, aqui, especificamente, a educacional. Nessa mesma linha, Cellard (2012), defende que o documento escrito constitui uma fonte preciosa para todo pesquisador, já que nele contém indícios dos acontecimentos de um passado, que, mediante análise, pode ser recuperado, na tentativa de elucidar o que ali está posto. Ainda conforme o autor,

O exame do contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado, é primordial, em todas as etapas de uma análise documental, seja qual tenha sido a época em que o texto em questão foi escrito. Indispensável quando se trata de um passado distante, esse exercício o é de igual modo, quando a análise se refere a um passado recente. No último caso, contudo, cabe admitir que a falta de distância pode complicar a tarefa do pesquisador. (CELLARD, 2012, p. 299)

O processo compreendido decorrente da análise documental depreende de que é preciso ser realizado um processo de “garimpagem” (PIMENTEL, 2001) das fontes, a partir de um problema de pesquisa já estruturado que também demanda um exercício orgânico na formulação porque encaminha todo o estudo realizado. Um outro elemento fundamental nesse processo, é a expertise de trabalhar com as fontes historicamente situadas, amparando-se em Pimentel (2001)

[...] no processo de articulação do presente com o passado, o pesquisador volta-se às suas raízes, ativa ou reativa a memória, distanciando-se assim de uma possível fragmentação quando procura, na investigação, o elo entre esses dois tempos históricos da atividade humana, para além de análises “presentistas” que o levariam apenas a ratificar o passado e glorificar o

presente. A pesquisa historiográfica constitui-se em evidências coordenadas e interpretadas, exigindo do pesquisador o trabalho de suplantar sua própria contemporaneidade sem deixar-se cair, entretanto, num historicismo que se traduziria em anacronismo, numa interpretação errônea, distorcida do passado. (PIMENTEL, 2001, p. 192)

Nessa pesquisa, quanto à finalidade, se adotou uma investigação pautada na pesquisa descritiva e explicativa. Na concepção de Brasileiro (2021), tais finalidades comportam as seguintes características:

b) **Pesquisa descritiva:** trata-se de uma pesquisa cujo fim é expor e caracterizar um fenômeno. [...] Durante o estudo, o investigador utiliza instrumentos de coleta de dados [...] no intuito de descrever os acontecimentos e estabelecer relações [...].

c) **Pesquisa explicativa:** objetiva identificar os fatores que incidem na ocorrência de determinados fenômenos, buscando esclarecê-los, explicá-los e justificar as ocorrências que neles interferem. Esse tipo de finalidade é apontado quando o pesquisador pretende esclarecer o porquê das coisas. (BRASILEIRO, 2021, p. 76-77, grifos do original)

Já em relação à abordagem, isto é, a forma como os dados são tratados, esta pesquisa é

[...] aquela que se ocupa da interpretação dos fenômenos e da atribuição de significados no decorrer da pesquisa, não se detendo a técnicas estatísticas. Os processos e suas dinâmicas, as variáveis e as relações entre elas são dados para a construção de sentidos e os principais condutores da abordagem. Trabalha, basicamente, com dois tipos de dados: os verbais – coletados por meio de entrevistas, narrativas, observações, documentos, experimentos e ações; e os visuais – colhidos em experimentos, observações e documentos. (BRASILEIRO, 2021, p. 83)

Dessa compreensão, se recolheu e constituiu o *corpus* de análise aqui mobilizado, que pode ser conferido na tabela 2.

Tabela 2 – Edições da RE/RS sob análise

ANO/MÊS	Mar	Abril	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1972	Nº138	Nº139 +Nº140		Nº141		Nº142	Nº143	Nº144	Nº145	
1973	Nº146	Nº147	Nº148			Nº150	Nº151	Nº152	Nº153	
1974				Nº157		Nº158				
1975										
1976		Nº164								
1977										
1978			Nº167- 170							

Fonte: Autora (2023)

Da leitura da tabela cabem algumas considerações, a primeira delas é o fato da investigação mobilizar duas fases da RE/RS, compreendida entre o terceiro e quarto período de circulação, de 1965-1975 e 1975-1978, respectivamente; o segundo passo é quanto às edições, que estão todas disponíveis no site do Repositório Digital Tatu; e, por fim, que a edição de nº148 está grifada e localizada no ano de 1973 pois segue a sequência numérica das edições, no entanto, a mesma foi publicada datada no ano de 1978, junto com a edição nº170.

Uma vez elencadas as fontes, o passo seguinte centra-se efetivamente na análise do documento, que conta com duas categorias de pesquisa, elencadas previamente, a primeira que considera os i) desdobramentos da lei 5692/71 na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul; e, a segunda que concentra-se nas ii) prescrições pedagógicas e reforma do ensino: de que maneira o impresso articulou?.

Na seção seguinte, os dados analisados são apresentados e discutidos.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados e analisados os dados obtidos através das análises das edições de 1970 da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul. Na primeira seção, são apresentados os dados a respeito da categoria que busca i) os desdobramentos da lei 5692/71 na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul e, na segunda seção, sobre ii) prescrições pedagógicas e reforma do ensino: de que maneira o impresso articulou?

6.1 Os desdobramentos da lei 5692/71 na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul

A lei 5692/71 provocou reformulações ao contexto educacional na década de 1970 e teve a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul como um de seus documentos de divulgação de tais propostas, articulando uma nova maneira de ofertar a educação bem como dispendo da formação para o mercado de trabalho, como bem já foi discutido ao longo deste texto. Dessa forma, um caminho inicial dessa mudança se deu pelas orientações destinadas aos professores daquele período em vigor.

Dito isto, logo na primeira edição, de março de 1972 (1972a), o impresso já anunciava a nova Legislação do Ensino e suas instruções, buscando propagar o que queria a Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul com as modificações, uma vez que o “homem é um ser que se transforma constantemente, inserido numa realidade que também se transforma” (REVISTA DO ENSINO, 1972a, p. 2) e, então, é esboçado um panorama sobre os novos caminhos para a educação. Nele, é apresentada a educação como uma herança cultural e, como tal, os professores ensinam à medida em que foram ensinados, repassando essas aprendizagens. No entanto, por mais que a educação seja um processo cultural, também precisa se adaptar às mudanças que são propostas além de, por muitas vezes, fundamentar o conjunto de ideias e pensamentos filosófico-pedagógicos essenciais a cada nação ou estado.

O ensino, nesta ordem, vai se ocupar do pensamento intelectual dos educandos, como maneira efetiva de promover a aquisição do conhecimento, de outro modo, também vai refletir com os objetivos da ação governamental, ensejando diluir as diferenças e alcançando os objetivos modernos. A seção, que é assinada pela equipe técnica da Secretaria de Educação e Cultura, ainda destaca que

chegar a essa reforma não foi tarefa fácil. [...] Constatava-se uma realidade educacional consolidando a rotina e a estagnação, incompatíveis com as necessidades do desenvolvimento econômico e o progresso social. Estabelecia-se um grande descompasso entre o avanço da sociedade e da técnica e o sistema educacional. (REVISTA DO ENSINO, 1972a, p. 4)

Modificando, portanto, fundamentalmente as bases do conhecimento e formulando uma nova política educacional, se enriquece a formação do caráter do homem econômico cuja ação educativa se equiparava cada vez mais às funcionalidades a ele impostas como maneira de manutenção social. A isso, no entanto, cabem responsabilidades ao professor, cujas atribuições aparecem nas edições seguintes

É necessário educar o homem brasileiro, a fim de que possa assumir o lugar que lhe compete na sociedade atual. Esse lugar na comunidade - conquista do homem - está essencialmente relacionado com seu trabalho e suas realizações, que vão determinar o seu valor como pessoa nessa mesma comunidade. É o homem que, com o seu esforço, contribui para abrir caminhos ao Brasil, levando-o a ocupar um lugar de destaque na comunidade e das nações. (REVISTA DO ENSINO, 1972d, p. 5)

Já a segunda edição (1972b) anunciava que era previsto um planejamento a longo prazo, organizando os conteúdos para cada série do ensino. *Partindo do objetivo de preparar o homem para a sua atividade bio-psicosocial*, a Secretaria propôs um curso de reciclagem aos professores como maneira de implementar o *espírito* da nova Reforma, nisto a Revista diz que

Face à nova mentalidade educacional, em que o educando é levado a compreender mais de perto os princípios gerais da vida contemporânea e, ao mesmo tempo, é preparado para flexibilidade para posteriores situações problemáticas, o professor assume um país com mais autenticidade o seu

papel de orientador para o qual não pode prescindir de uma análise, uma reavaliação dentro da situação educativa nova. (REVISTA DO ENSINO, 1972, p. 2)

Pensar nas mudanças que estavam por serem feitas era, intimamente, repensar o quadro docente responsável por tal ação bem como servir como um apoio pedagógico. A Revista, como possuía um de seus objetivos de ser apoio ao magistério, ainda fazia questionamentos de “quais eram as condições regionais face à implantação da reforma? Quais os recursos humanos? Quais os recursos físicos?” (REVISTA DO ENSINO, 1972, p. 3) como forma de assentar a nova mudança.

Do ponto de vista das condições regionais postas, é que a reforma administrativa proposta pela SEC estava vindo como uma alternativa possível em diferentes âmbitos, especialmente, porque abria a possibilidade de *controle* entre as atividades de educação e cultura e isso poderia ser realizado devido ao aumento quantitativo de professores formados oportunizando uma formação multiplicadora naquele momento. De um outro lado, a rede de supervisão proposta e organizada pela SEC, promovendo e assistindo os professores técnica e pedagogicamente, favorecia o desenvolvimento qualitativo do ensino e oportuniza o que preconiza a lei 5692/71.

Um outro elemento que auxiliaria nesta implantação, especialmente aos alunos do 2º grau de ensino, seria o PREMEN, que foi um Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio, organizado pelo governo militar, em 1972, após parceria entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), tendo como foco suprir a demanda da indústria por profissionais especializados, em um momento cujo crescimento econômico avançava. Dessa maneira surgiram as escolas polivalentes que combinavam Técnicas Comerciais, Oficina de Artes Industriais, Oficinas de Artes Gráficas, Técnicas Agrícolas e Educação para o Lar para seus alunos.

O que se constata é que, uma vez promulgada a lei que promoveu a reforma do ensino, muito articuladamente a Revista vai repassando ao seu público, como uma forma de instrumentalizá-los, afirmando que através de um acompanhamento sistemático e uma eficiente assistência técnica espera-se fixar as bases da Implantação da Reforma, a fim de que os professores atinjam, gradativamente, uma segura atuação docente, de modo que sejam atingidos os objetivos da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (REVISTA DO ENSINO, 1972, p. 4).

Um discurso bastante presente na Revista sobre a reforma é que a mesma propunha para além de uma mudança meramente curricular, esperava-se que a mentalidade do professor e da comunidade também passassem por essa transformação, buscando oferecer a formação necessária para que o educando tivesse suas habilidades potencializadas como meio para a autorrealização, a qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania. A instituição, no entanto, que não possuísse tais recursos deveria abrir mão da formação e deixar sob a responsabilidade de um outro órgão que a pudesse fazer.

Cada unidade integrada, como eram chamadas as instituições de ensino, possuía como responsabilidade o preparo profissional como forma de fomentar o desenvolvimento econômico que vinha crescendo e, para além disso, formar um indivíduo que fosse capaz de atuar em sociedade. Dessa forma, as condições que a Legislação do Ensino tinha como contexto era, inicialmente, de profissionais qualificados e com a *mentalidade renovada*, dispostos a auxiliar na construção de um novo Estado e novo país que estavam por nascer, bem como promover uma organicidade nas unidades integradas para que o objetivo fosse alcançado.

Do ponto de vista racional, a mudança, por si só, provocava um estado de alerta e, no contexto de 1970, isso não foi diferente. As edições seguintes da Revista do Ensino que ainda possuíam um palco amplo para os debates da nova lei, afirmavam que nenhuma outra reforma educacional teve tanta repercussão e mobilizou tanto a comunidade como a proposta pela 5692/71. E isso se deu pelos mais variados motivos, principalmente, no que tangeu à preocupação do magistério em responder aos desafios inerentes às novas situações que lhe propiciavam vivenciar a sua prática docente.

“A palavra **reforma** é em si mesma um denotador de mudanças. É a Revista do Ensino, atualmente, mais um agente reciclador a serviço dessa reforma” (RODRIGUES, 1972d, p. 2). Essa afirmação, entretanto, só reitera os propósitos comunicativos que a própria Revista do Ensino possuía, e que já foram discutidos ao longo deste trabalho, servindo como instrumento de suporte àqueles que ministravam as aulas.

Aqui, aliás, é pertinente salientar o compromisso de didatizar as instruções e normativas que a lei 5692/71 trazia nas páginas do impresso. A Revista não disponibilizava em seu material exatamente as palavras que a normativa propunha, como nem era o esperado, ao contrário, buscava alternativas ao longo de suas

edições de tornar próximo aos professores o presente debate, e isso se deve aos seus propósitos comunicativos bem como sua repercussão positiva durante todo o período em que esteve em circulação, sendo companheira por bons anos daqueles que estavam na docência.

O Sistema Educacional, portanto, era e é composto por vários departamentos que formulam as diretrizes educacionais, cada qual sobre a parte que lhe diz respeito. É só quando as orientações chegam à escola que um currículo, seguindo as normas anteriores, é formulado, pensado para atender as demandas sociais e individuais de cada região. Assim, cabia à escola elaborar seu plano curricular respeitando o núcleo-comum e a parte diversificada.

De maneira geral, o currículo de 1º Grau é organizado por duas grandes áreas: uma, referente ao núcleo comum e, a outra, referente à parte diversificada, seguidos dos conteúdos fixados pelo parecer do CFE, referente às matérias de comunicação e expressão, estudos sociais e ciências. A Revista trazia definições sobre o núcleo comum, a parte diversificada e a concepção de matéria, definindo cada uma como:

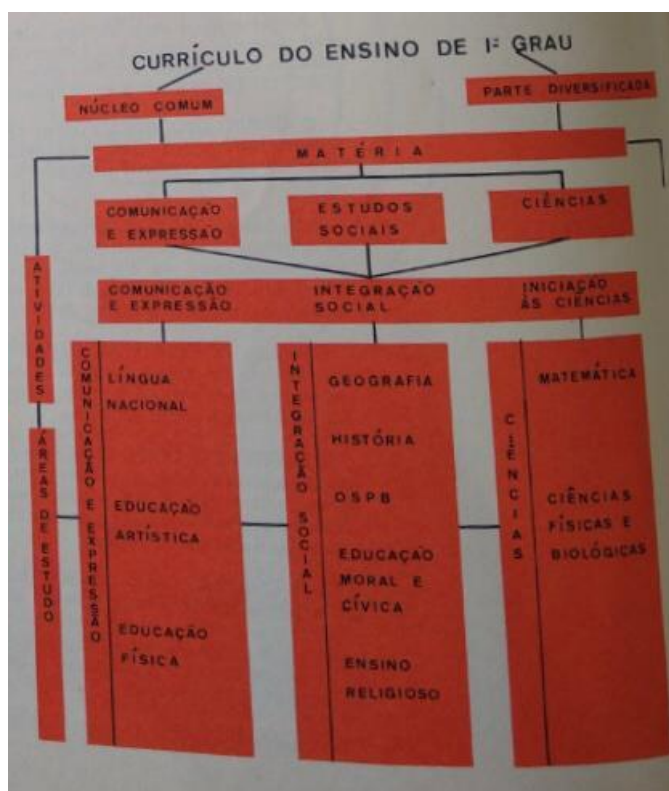
- **NÚCLEO COMUM:** é o conteúdo básico do currículo a nível nacional. É o conjunto de matérias fixadas pelo CFE, através da Resolução de novembro de 1971, que deverá ser estudada por todos os alunos do 1º grau com o objetivo de assegurar a unidade nacional em termos de educação (princípio da unidade).

- **PARTE DIVERSIFICADA:** é o conteúdo do currículo a nível regional. É o conjunto de matérias acrescido e articulado ao núcleo comum pelo CEE e unidades escolares de cada Sistema, com o objetivo de atender “às peculiaridades locais, às diferenças individuais dos alunos e aos planos dos estabelecimentos de ensino” (princípio da variedade).

- **MATÉRIA:** é todo o campo de conhecimento fixado ou relacionado pelos Conselhos de Educação e, em alguns casos, pela escola. Envolve conhecimentos, experiências e habilidades relacionados a este campo dos conhecimentos. (REVISTA DO ENSINO, 1972, p. 23)

A figura 2 exemplifica como se organizou a nova concepção de currículo, seguindo as orientações impostas.

Figura 2 – Currículo do Ensino de 1º Grau



Fonte: Revista do Ensino (1972c)

A Revista, na seção “VII – Organização do Currículo do Ensino de 1º Grau”, mostrava a organização do currículo de duas formas: uma por atividades, e outra por áreas de estudos, que correspondem, respectivamente, aos anos iniciais e aos anos finais do 1º grau. O primeiro “caracteriza-se pela ênfase nas experiências de aprendizagem em situações concretas’, sendo que as matérias são trabalhadas globalmente envolvendo Comunicação e Expressão, Integração Social e Iniciação às Ciências” (REVISTA DO ENSINO, 1972, p. 23). Já o currículo por áreas de estudo “caracteriza-se pela integração de conteúdos afins e pelo equilíbrio entre as situações de experiências concretas e a sistematização de conhecimentos” (REVISTA DO ENSINO, 1972, p. 23).

Já o currículo de 2º Grau é organizado por disciplina, chamado de currículo por disciplina, já que o mesmo “caracteriza-se pela predominância dos conhecimentos sistemáticos” (REVISTA DO ENSINO, 1972, p. 23). De modo geral, o currículo de 1º e 2º Graus fica organizado como mostra a figura 3.

Figura 3 – Currículo do Ensino de 1º Grau e 2º Grau

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	ENSINO DE 1º GRAU		ENSINO DE 2º GRAU
	CURRÍCULO POR ATIVIDADES (1ª À 3ª SÉRIE)	CURRÍCULO POR ÁREAS DE ESTUDOS (DA 4ª À 8ª SÉRIE)	CURRÍCULO POR DISCIPLINAS
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO		COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	- LÍNGUA NACIONAL - EDUCAÇÃO FÍSICA - EDUCAÇÃO ARTÍSTICA - LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA
CIÊNCIAS		INICIAÇÃO ÀS CIÊNCIAS	- MATEMÁTICA - CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS
ESTUDOS SOCIAIS		INTEGRAÇÃO SOCIAL	- HISTÓRIA - GEOGRAFIA - EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA - EDUCAÇÃO RELIGIOSA - O.S.P.B.

Fonte: Revista do Ensino (1972c)

O “Humanismo que dá sentido à Reforma” (REVISTA DO ENSINO, 1972e, p. 2) ocorreu paralelamente às transformações internas nas quais as instituições escolares vivenciavam e se instalava na medida em que a qualidade do ensino aumentava. A formação do sujeito estava atrelada a sua emancipação enquanto cidadão e, neste princípio educativo, o trabalho é inerente ao ser humano, ainda assim:

É necessário buscar o equilíbrio entre o humanismo de sentido imediatista - quase vazio de ação, repleto de omissão - e a conduta exageradamente técnica, tendendo para o tecnicismo. Precisamos implementar o humanismo como ação, capaz de possibilitar a reorganização da vida humana, ajustando e estabelecendo a ordem e o poder dos nossos valores: um humanismo de sentido realmente construtivo, realista e abrangente. Esse é o sentido que desejamos seja dado à Reforma do Ensino Médio. Só assim poderemos ver diminuído o hiato entre a educação e a vida cotidiana, entre as escolas e a comunidade. (RODRIGUES, 1972e, p. 2)

Com o processo estando em marcha (REVISTA DO ENSINO, 1972e, p. 2), a educação vem sendo vista como um investimento, fruto de um progresso econômico

esperado e vivenciado naquele contexto social, a década de 1970, cuja ação educativa do professor se assentava ao lugar de agente executivo que via aumentada as suas responsabilidades com a mentalidade aberta e renovada. Neste sentido:

A reformulação do ensino e a perspectiva de que educação é um investimento, pois está apoiada em um princípio de economia, que faz do processo educativo causa e não efeito do progresso econômico, pressupõe o desenvolvimento de recursos humanos. É, portanto, da responsabilidade da educação, o aperfeiçoamento do aluno e do professor, uma vez que são eles a chave do progresso. (REVISTA DO ENSINO, 1972e, p. 3)

É oportuno trazer à tona as discussões sobre A Teoria do Capital Humano (TCH), que discursava sobre a ideia de que os investimentos em saúde e em educação aumenta as aptidões dos indivíduos e, conseqüentemente, a sua produtividade. Em uma escala que visa a economia, um cidadão que possui vida com qualidade e plena cidadania, acessando os recursos básicos será mais eficiente em sociedade. Dentro desta perspectiva e cenário social, existe uma influência do mercado econômico nas questões educacionais, de maneira que as modificações sugeridas soam como formas de melhorar o desenvolvimento social focalizado no mercado de trabalho, objetivando um melhor desempenho do mesmo e não no indivíduo em construção.

Ainda assim, Rodrigues (1972f) vai afirmar justamente o contrário do que foi pontuado, mencionando que a grande preocupação da *nova* escola que está surgindo centra-se a formação do *homem* e, por este, entende-se todos os homens e o homem todo (RODRIGUES, 1972f). O elo “Escola-Comunidade”, que é o título que abre o editorial da edição de setembro de 1972, dava conta da mobilização buscada na sociedade para que a mudança pudesse ser implementada. O binômio, como tratava o impresso, vem no intuito “encontrar o caminho que poderá *eleva*r o homem, dando-lhes acesso à cultura e provendo-o do acesso de experiências e pensamento reflexivo, para poder-se guiar na vida” (RODRIGUES, 1972f, p. 2).

Por mais que existisse, em alguns momentos, um conflito de ideais, constata-se, de outro lado, o empenho do impresso. Em todo tempo se despendia uma atenção aos sujeitos e à comunidade, como forma de atraí-los ao debate bem como torná-los protagonistas das mudanças que estavam acontecendo. Ratifica-se o contexto social em que emergiu a lei 5692/71, um cenário onde o autoritarismo reinava e, encontra-

se nas páginas da Revista, um esforço de esboçar e tornar vista a comunidade que sofre com tais mudanças.

Colocar em evidência a comunidade é deixá-la saber do que está ocorrendo, por mais que, em linhas gerais, essas informações não pudessem ser refutadas, apenas seguidas, mas ainda é um modo de torná-las parte do todo. E, a maneira como a educação é posta, em diferentes momentos e contextos sociais, e a forma como é concebida, é um reflexo da estrutura em que está inserida; buscando compreender tal pensamento é que se revela o entendimento da mesma como “um instrumento de compreensão e êxito no mundo contemporâneo” (ENSINO..., 1972f, p. 3) que tem como intuito o objetivo de desenvolver habilidades técnicas nos indivíduos com vistas ao mercado e à urbanização.

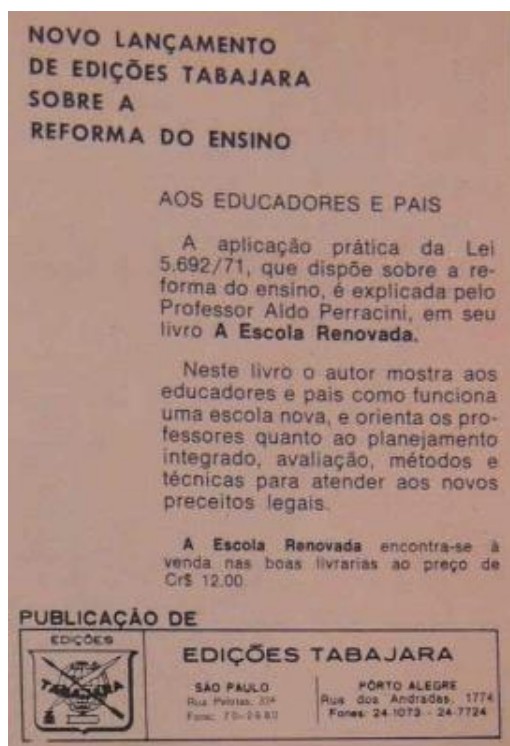
Um outro meio de assegurar a implantação da lei 5692/71, segundo o impresso, seria por meio de um “Ensino Supletivo”

A nova dimensão do ensino supletivo é muito importante, principalmente nos países em desenvolvimento, como é o Brasil. Isto porque é necessário oportunizar àqueles operários, homens do campo, trabalhadores braçais e outros que jamais tiveram oportunidades de frequentar a escola, conhecimentos úteis, de modo a que possam aproveitá-los de imediato, a fim de melhorar sua situação de vida; contribuindo com a maior eficiência de seu trabalho para o progresso do país. [...] Nessa dimensão, a Lei 5.692/71 prevê a realização de cursos de atualização e aperfeiçoamento. Destinam-se estes cursos a aumentar a competência do pessoal, plena ou parcialmente qualificado, que já se encontra no exercício de uma atividade no setor público ou privado. [...] As causas mais expressivas desta mudança de mentalidade em relação à busca de maior qualificação profissional se encontram na explosão demográfica, na urbanização e na industrialização. Se a conjunção destes três fatores representa a modernização do país, levando a uma profunda modificação da vida brasileira, coloca também as pessoas na posição de ter e enfrentar as novas solicitações do mercado de trabalho. E para elas, então - elementos atuantes dentro desta nova configuração social - dimensiona-se um novo posicionamento, que as impulsiona à busca de um instrumento válido e poderoso: a técnica e seu aperfeiçoamento. (REVISTA DO ENSINO, 1972f, p. 4)

Nesse excerto, umas das principais características é o de implantar um ensino supletivo que, além de dar oportunidade aos que jamais conseguiram chegar em uma sala de aula, promover uma formação ao mercado de trabalho, proposição esta que constava, evidentemente, na lei 5692/71, e que demandava de mão-de-obra, minimamente, qualificada. Neste mesmo elo de integração da comunidade ao debate,

nesta mesma edição constava um anúncio, de material de divulgação aos pais sobre a reforma do ensino, buscando alternativas de deixá-los inteirados das discussões.

Figura 4 - Lançamento de livro sobre a Reforma do Ensino



Fonte: Revista do Ensino (1972f)

Da leitura da imagem, mais uma vez se destaca o compromisso com os professores educadores e aos pais, no intuito de por em prática os pressupostos da *escola nova* que estava por fazer-se. Já da sequência das análises, a edição de outubro de 1972, cujo editorial está intitulado “A palavra de ordem é Participar”, se baseava em um texto, inicialmente, reflexivo, que acentuou as modificações estruturais, mas também, reforçou que a mudança que se esperava que fosse realizada só poderia acontecer por meio da educação.

“A indústria do bem estar”, como era trazido na edição, tem, de um lado, o anseio pelo progresso, porém, de outro, segundo a mesma, não poderiam mais coexistir “as velhas chagas da humanidade”, como a fome, a miséria, a doença, o analfabetismo, a ignorância, a *desqualificação da mão de obra*, a injustiça social e a escravidão do homem. Logo, em meio ao debate da construção do novo, da

solidificação das mudanças e de uma estrutura curricular que se adequasse ao que estava sendo previsto na lei em vigor, paralelo a isso, os problemas da sociedade real estavam sendo mencionados e considerados em tal discussão, como maneira de sinalizar o que também precisava ser revisto nestes espaços.

Por mais que houvesse um empenho de propagar o que as novas diretrizes operacionais estavam propondo, havia, também, o esforço de colocar em pauta os problemas da escola real e que eram do cotidiano daqueles que a habitavam. Para além disso

É preciso educar, buscando o equilíbrio entre a técnica e o humanismo. Um humanismo como ação e sem omissões, capaz de estabelecer a ordem e o bem estar entre os indivíduos. Uma técnica que não se confunda como um fim em si mesma, controlada pelo homem e a seu serviço, ao invés de fazê-lo um mero robô.

Mas tudo isso exigirá, antes de mais nada, um componente principal: a participação. Educar, dentro dessas novas fronteiras, é criar necessidades novas, que exige a participação ativa, consciente, integral e dinâmica de todos os envolvidos no processo educacional.

Sem a participação de todos, jamais alcançaremos o objetivo almejado de compatibilizar o desenvolvimento, através da educação, com os legítimos anseios da humanidade.

Assim a escola, no atual conceito, não é somente o prédio, mas a própria ação educativa da família e da comunidade, cabendo à instituição escolar o encargo de sistematizá-la. Essa nova posição da escola decorre da exigência da vida atual, que não pode prescindir da ação comunitária.

Por isso, a escola pública é agora, em essência, uma escola comunitária, porque toda a comunidade dela participa, direta ou indiretamente. É tarefa dessa escola ajudar homens e mulheres, crianças e jovens a viver mais plenamente integrados em seu meio, permitindo-lhes maior participação na dinâmica do mundo moderno.

É na realidade do dia-a-dia que se desenvolve uma educação que responde aos anseios pessoais e comunitários. É em uma oficina que se pode explicar aos carpinteiros as leis de produção e consumo: é trabalhando na terra que o agricultor pode aprender química; é através de fatos diários que o homem comum constrói sua própria filosofia.

Vivendo, lutando e trabalhando em comum o ser humano edificará a sociedade ideal e com ela criará possibilidades sempre maiores de conquistar melhores condições de vida.

Temos consciência das dificuldades que envolvem a problemática educacional. Não temos dúvidas, porém, de que unidos – governo, empresas, escola e, em particular, comunidade – teremos condições de conduzir o progresso de nosso Estado dentro da grandeza da Pátria e de possibilitar aos que nos seguirem condições de, cada vez mais, procurar aproximar a inteligência do coração dos homens. (RODRIGUES, 1972g, p. 3)

Neste trecho se torna evidente o quanto o desempenho do país, atrelado aos anseios da comunidade, estava com suas expectativas recaídas na educação, isto é, ao processo educativo recaía a responsabilidade de formar sujeitos que dessem conta

de manter a evolução esperada da pátria. Ainda que a perspectiva seja de que a técnica não deve ter um fim em si mesma, não deve ser desenvolvida para que se tenha robôs meros reprodutores, a mesma era vista como uma maneira de ensino que visava o desempenho no social, que performasse - bem – a mão-de-obra.

A educação, como via responsável para o progresso, depositava no sistema educativo, de maneira geral, o provedor de recursos humanos capazes de dar conta da demanda social, centrada no trabalho, que ia surgindo. As políticas educacionais adotadas e criadas eram fruto de um projeto de governo que, para que tivesse seu desenvolvimento alcançado, as formulava pensando no progresso econômico-social, que tinha como seu resultado final a formação de um sujeito que possuísse habilidades suficientes para ingressar no mercado de trabalho.

Por um outro lado, é pertinente salientar que estas modificações, propostas para as escolas públicas, era destinada aos filhos dos trabalhadores e, em paralelo, as escolas privadas mantinham sua organização curricular com formação geral e preparação para o vestibular. Isto posto, a elite social em suas escolas privadas mantinha o ensino propedêutico, que logo os colocaria nos melhores lugares sociais, enquanto aos filhos dos trabalhadores restava o ensino técnico-profissionalizante.

O dualismo educacional, que já era um debate central na década de 1950, cujo foco era um sistema de ensino bifurcado que destinava um ensino secundário às elites condutoras e um ensino técnico para as classes populares, se mantinha duas décadas depois. A competência com a qual o novo delineamento educacional estava propondo recaía sobre os docentes em atuação, que deveriam favorecer o método científico do ensino para atender o conceito mercadológico de educação que estava sendo adotado na época.

Para além disso, a edição seguinte, de março de 1973, apenas se deteu a reafirmar propósitos para que a reforma do ensino pudesse ser implementada, reforçando parcerias entre escola, comunidade e docentes. Já na edição que sucede a esta, se tem um editorial que se debruça a dar meios de implementar a supracitada reforma no currículo de 2º grau. Nesta edição, se reforçou os valores de uma formação que fosse humanística, mas que o preparasse para um relativismo ético sem perder o caráter técnico a que se propunha.

Ciência e tecnologia se torna um binômio que trabalha em uma relação que auxilie no desenvolvimento educacional. A necessidade da reforma em questão, se deu, segundo o que diz no impresso, pelo desenvolvimento do mundo contemporâneo

que precisou do sistema educacional para formar mão-de-obra qualificada (barata). Dessa forma, os pressupostos pedagógicos, políticos e econômicos visavam a preparação necessária para a formação dos indivíduos nas suas potencialidades.

Os pressupostos defendidos pela lei e pela própria Revista é de que era necessário a adoção de uma política educacional que fosse capaz de dar conta de uma sociedade que estava em progresso. A tarefa que a educação assumiu mediante isso foi de formar um cidadão que fosse capaz de influir na sociedade onde vivesse e tomar decisões responsáveis frente a ela, buscando alternativas de ajudar em seu desenvolvimento.

O homem sente necessidade de ocupar todas as dimensões do ser que lhe foi dado e da vida que lhe foi oferecida. Esforça-se para sair do espaço anônimo onde é colocado e procura refazer, a seu modo, os modelos que lhe são comunicados pelo meio, tempo e tipo de civilização em que está inserido. É certo que esses modelos não expressam, senão em parte, a riqueza de elementos que fazem com que ele seja ele mesmo e não outro qualquer. A educação só tem sentido, se fizer do homem a razão fundamental de suas preocupações, buscando, paralelamente a humanização da sociedade. Só encontram justificativa os cuidados que se tenham para com a sociedade e suas instituições, se esses cuidados trouxerem benefícios ao indivíduo. O ensino atual não pode abstrair essa individualidade. A escola deve levar em consideração a pessoa – com suas características biológicas – em sua realidade concreta. É necessário dar a ela a oportunidade de tomar posse de si mesma, revelando-se tal qual é, e o conhecimento da realidade que a cerca e onde tem de atuar. (REVISTA DO ENSINO, 1972c, p. 3)

Isto posto, a preparação para a inserção no mercado de trabalho demandou uma formação que trabalhasse o individual e o social, de maneira que preparasse esse cidadão às exigências da vida adulta, de maneira a deixá-lo consciente da realidade que o cercava. É pertinente destacar que este modelo de formação esperava que o indivíduo se realizasse na medida em que colaborava com o desenvolvimento nacional, com isso o intuito de ofertar uma formação que ensinasse aptidões, vocações e aspirações ao aluno que, ao lado de uma preparação de cunho geral, desenvolvesse habilidades suficientes para agir em sociedade.

Neste cenário, o trabalho além de possuir um princípio educativo, era visto como um fator necessário para a formação do indivíduo, sendo só mediante dele a sua verdadeira integração social. A organização desta instituição, então, ofereceu um currículo com uma educação geral, que são ideias que fundamentam e integram o sujeito na sociedade em que está inserido; bem como uma formação especial que

tratou de uma sondagem de suas aptidões e habilitação profissional. Nas palavras da Revista:

O importante é que a escola delimite, com precisão, suas reais possibilidades e limitações, fazendo uso da intercomplementaridade prevista na Lei e da cooperação escola-empresa. Estudo e treinamento serão realizados, então, em escolas já equipadas ou nas dependências da própria empresa.

A escola não pode desconhecer as injunções da sociedade moderna. Sua ação tornar-se-á mais autêntica quando conseguir identificar-se com o meio, pesquisando quanto às profissões existentes no mercado de trabalho da região, a fim de oferecer a seus educandos possibilidades de opção mais apropriada. (REVISTA DO ENSINO, 1973c, p. 12)

Em outras palavras, para além do compromisso com a norma, imperava a adoção de cautelas quando se falava sobre as metas a atingir, considerando o indivíduo em formação como um homem que tinha como direito a sua felicidade plena. A “razão fundamental da educação”, junto com um processo contínuo de formação e aperfeiçoamento, preparou o jovem para analisar criticamente ideias e influências, selecionando e adotando valores e padrões compatíveis com uma sociedade que estava se desenvolvendo. Dessa forma, a educação só faz sentido se adotar as preocupações reais e a humanização da comunidade.

A edição de outubro de 1973, no entanto, vai elucidar um debate que aqui cabe reproduzir:

A educação não pode limitar-se a uma função de mera fornecedora de mão-de-obra qualificada. O homem é muito mais que um trabalhador em potencial. As crianças e os adolescentes são, antes de mais nada, seres humanos, e a principal preocupação das escolas não deve ser a de ensiná-los simplesmente a ganhar a vida, mas a de ensiná-los a viver.

O fato novo essencial é que uma sociedade e uma economia desenvolvida não são plenamente eficientes se todos não estiverem educados até os limites de suas potencialidades.

O homem é um investimento. É preciso orientá-lo para que atinja, com seu conhecimento, até o nível onde realmente possa se desenvolver. Isto implica em conscientizá-lo de que, em qualquer estágio, ele pode se destacar como ser humano e como profissional, realizando-se como pessoa.

O homem não educado está se tornando rapidamente um obstáculo ao desenvolvimento. A sociedade precisa ser hoje uma sociedade educada para progredir, para crescer, para sobreviver.

A educação, como fator decisivo, adquiriu em nossos dias o caráter de investimento, tanto individual quanto social. Nenhum pai desconhece a importância da educação para o futuro de seu filho – as despesas de hoje serão, certamente, compensadas pelo crescimento da renda proporcionada pela educação. Sendo educado, o indivíduo obterá, pelo seu trabalho qualificado, um pagamento adicional muitas vezes superior às despesas com

sua educação – seja ela em nível de primeiro, de segundo ou até mesmo de terceiro grau. (REVISTA DO ENSINO, 1973f, p. 3)

Por mais que a discussão trazida na própria reforma fosse na perspectiva da formação do indivíduo para o progresso da nação, e a Revista fizesse essa didatização em inúmeras vezes, neste excerto, ela se mostrava como um veículo de divulgação à frente de seu tempo, quando falava, por exemplo, de que não se devia formar apenas para o trabalho. Ter a educação enquanto investimento, no entanto, é uma perspectiva que a deveria colocar em lugar de prestígio social, um espaço de privilégio. Não foi, portanto, o que aconteceu na década de 1970; ou até foi, a depender da perspectiva, sendo que nela o investimento era para ter retornos com mão-de-obra qualificada.

O civismo foi um ideário-chave incorporado pelo governo militar em 1964, que o associava a uma compreensão sobre cultura, cuja mesma deveria realçar os elementos que compunham a nação, destacando uma visão otimista sobre a sociedade brasileira. Um tipo de cultura ocupava os currículos da época, a nacional, e era considerada como de primor para a formação de cidadãos conscientes tanto do seu papel social quanto da atuação do mesmo em comunidade.

O papel do ensino, nestes parâmetros, se valeu da disciplina de Moral e Cívica do 2º grau, para incorporar seus pressupostos. Se valendo de uma educação que buscava resgatar os valores e as benesses da educação imposta pelo regime da época, procurando formar indivíduos que se adequassem a nova ordem social. Em uma seção da Revista, sobre os símbolos nacionais, a mesma diz que

O civismo é essencialmente dinâmico e envolve o potencial afetivo de cada um, devendo ser manifestação habitual do indivíduo, através de comportamentos e ações. Eis porque deve o corpo docente das escolas oportunizar situações diárias que levem o aluno a interiorizar o amor e o respeito à Pátria. (REVISTA DO ENSINO, 1973g, p. 3)

Um resultado preliminar já possível, é que à medida que as edições foram lançadas e publicizadas, já não se encontrava com tanta frequência as didatizações feitas a partir da lei 5692/71. A edição de 1978, que é a que finda este *corpus* de análise, se deteu a trazer informações do ponto de vista informativo e administrativo. O processo evolutivo da educação exigiu o lançamento de bases de reformulação,

através de um elenco de metas prioritárias, cuja implementação só foi possível graças à compreensão da magnitude do problema e à estreita e efetiva colaboração das forças comunitárias, com vistas a expansão disciplinada e a melhoria do ensino de 2º grau.

Com isso, as escolas espalhadas pelo Estado, ofereceram habilitações profissionais e vieram na perspectiva de minimizar a evasão escolar que se verificava quando o aluno atingia o término dos estudos no grau anterior. A proposta foi não só oferecer aos jovens cursos que propusesse a sua realização profissional e social, mas também, possibilitasse o prosseguimento de estudos, cumprindo, no Rio Grande do Sul, compromissos com a própria ordem democrática do país.

6.2 Prescrições pedagógicas e reforma do ensino: de que maneira o impresso articulou?

As maneiras utilizadas pela Revista do Ensino para apresentar sugestões de atividade para o ensino de 1º e de 2º grau foram as mais diversificadas possíveis. A primeira delas foi através dos símbolos nacionais ou pátrios, por retratarem a pátria e, mais do que isso, por serem utilizados, conhecidos e respeitados por todos. Cabia, portanto, primordialmente à escola, nos diferentes graus do ensino, a tarefa de não só fornecer os elementos que permitissem ao educando esse conhecimento sobre os símbolos, como também de conscientizá-los da importância e o valor dos mesmos para um Brasil de homens livres, solidários e responsáveis.

Segundo as palavras da edição de junho de 1972 do impresso, no sistema de ensino da época, a educação podia se realizar em Unidades Integradas, como já foi mencionado, compostas de uma Escola de Área e de Escolas Tributárias, cujo objetivo de ambas era a formação técnico-pedagógica. Nesse sistema, o aluno ingressava em uma das Escolas Tributárias, onde frequentava as 4 primeiras séries do Ensino Fundamental, isto é, o ensino de 1º grau e, concluídas essas 4 séries, passava para a Escola de Área, onde frequentava as 4 últimas séries do ensino de 1º grau.

Com essa perspectiva de ensino, surgiu, em Porto Alegre, uma Unidade Integrada que tinha por Escola de Área o instituto Nossa Senhora das Graças e por Escolas Tributárias os Grupos Escolares Evaristo Gonçalves Neto, dentre outros.

Essa, no entanto, é um dos exemplos de escola da época cujas atividades reproduziam diferentes atividades profissionais do dia a dia, como mostra a figura abaixo com um escritório simulado que as crianças aprendiam o processo de comercialização de uma empresa.

Figura 5 – Retrato da escola Parobé



Fonte: Revista do Ensino (1942d)

A unidade integrada tinha como objetivo permitir a integração técnica-pedagógica porque era regida por um só currículo e toda a orientação partia de uma coordenação geral. A proposta era de que o aluno tivesse ótimas condições de adaptação e não enfrentasse problemas psicológicos, uma vez que o ensino não sofria solução de continuidade. As atividades desenvolvidas tinham, portanto, a pretensão de formar esse indivíduo para o seu exercício em comunidade, seja por meio de oficinas de técnicas industriais, como apresenta a figura abaixo

Figura 6 – Atividades desenvolvidas na escola Parobé



Fonte: Revista do Ensino (1972d)

Ou ainda, com atividades denominadas do lar como mostram as figuras 7 e 8.

Figura 7 – Crianças fazendo bolo



Fonte: Revista do Ensino (1972d)

Figura 8 – Crianças engraxando sapatos



Fonte: Revista do Ensino (1972d)

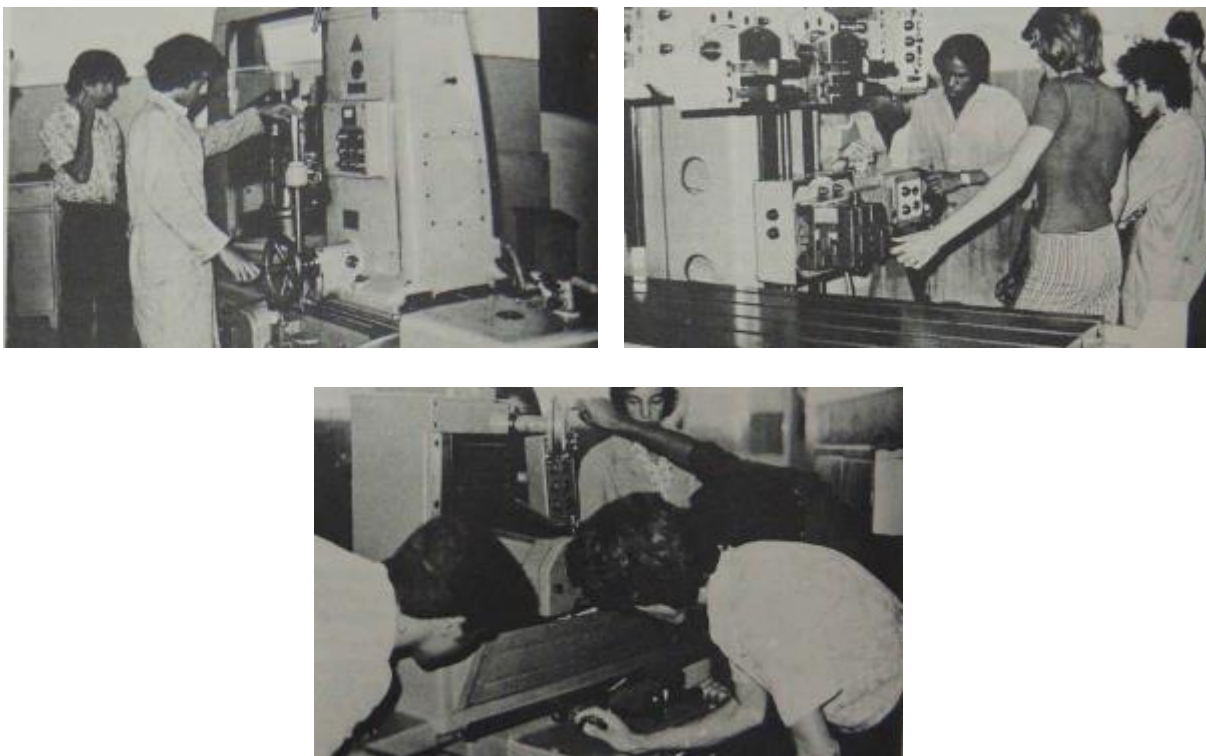
As imagens acima mostram o funcionamento de uma empresa; de uma oficina industrial na produção, além de orientações sobre o ensino profissionalizante na cerâmica, madeira e couro para a serigrafia e xilogravura; de habilidades “do lar”, cozinhando bolos, lavando pratos e lustrando sapatos. Embora as atividades estivessem sendo executadas em nível de primeiro grau e não haja referência ao ensino profissionalizante de segundo grau é possível perceber a naturalidade com que as crianças são conduzidas para aprendizagens técnicas desde o início da escolarização.

Um outro exemplo, foi o caso da escola técnica de Parobé, que foi criada com o objetivo de ministrar aos pobres filhos de operários, o conhecimento da língua vernácula, francês, inglês, aritmética, geografia, história e física a par de rudimentos ligeiros de ofícios de madeira e metal, passando por muitas transformações, ampliando e aprimorando cada vez mais seu campo de ensino. Nas oficinas, os alunos encontravam todo equipamento necessário ao desenvolvimento das mais diversas indústrias, aprendendo a trabalhar com as máquinas, a fazer peças, familiarizar-se com seu futuro mercado de trabalho.

Nessas atividades, a Revista diz que eram utilizadas das mais variadas máquinas, desde as manipuladas manualmente até as automáticas de programação por cartão, como as fresadoras pantográficas, as retificadoras, as plainas de mesa

automática, as mandriladoras, as furadeiras-radial programada, entre outras, como evidenciam as figuras abaixo.

Figura 9 – Escola técnica de Parobé



Fonte: Revista do Ensino (1972)

A importância desta escola ainda pode ser analisada pensando que

inicialmente, contava com apenas duas salas e atendia 16 alunos, hoje funciona num conjunto de dois blocos, compostos por um prédio central e pavilhões de oficinas atendendo cerca de 2.500 alunos. No prédio central, localizam-se as salas de aula, biblioteca técnica, gabinetes de orientação educacional e profissional, laboratórios de química e física, laboratórios de línguas, além de dependências para os serviços administrativos e grêmios de professores e alunos. [...] Nas oficinas, os alunos encontram todo equipamento necessário ao desenvolvimento das mais diversas indústrias, aprendendo a trabalhar com as máquinas, a fazer peças, enfim, familiarizando-se com seu futuro mercado de trabalho (REVISTA DO ENSINO, 1972d p. 15).

Sobre ela, também é pertinente salientar que a Revista não apresentou os meios pelos quais a Escola conseguiria alcançar os níveis de sucesso apresentados. Não há indicações metodológicas, didáticas ou de organização escolar, tão frequentes quando o assunto é o ensino de primeiro grau. Um outro ponto, é que o impresso não faz inferência direta ao ensino de 2º grau, cuja profissionalização era de caráter obrigatório, apenas retratava o exemplo desta instituição que serviu como escola modelo.

Na edição de agosto de 1972, a Revista ofereceu um setor de produção e treinamento:

Figura 10 – Setor de produção e treinamento



Fonte: Revista do Ensino (1972e)

Nesse caso, não eram atividades previstas nos currículos escolares, mas, sim, um setor de produção e treinamento dedicado aos ex-alunos, que oferecia um caráter de estágio, habilitação profissional e encaminhamento à indústria. Segundo o documento, se tratava de um estágio profissionalizante, uma vez que o aluno realizava tarefas de trabalho industrial, fazendo atividades encomendadas por particulares ou distintos convênios.

A escola passou a ser vista mais como uma instituição que deveria estar em busca de eficiência e eficácia, voltada ao mercado de trabalho. Deste modo, a profissionalização do ensino encontrou espaço, com a criação e o desenvolvimento de um modelo de currículo, mais adequado às inovações, mais ágil, mais prático, reduzindo alguns dos conteúdos teóricos considerados, a partir de então, dispensáveis ao novo profissional, inserindo as descobertas científicas mais recentes e métodos para soluções de problemas em qualquer área, além de enfatizarem a necessidade de tornar os indivíduos mais autônomos e independentes.

Um outro fator predominante foi a inclusão da disciplina de Moral e Cívica, criada com o intuito de legitimar o ideário nacional suportada pelos lastros do conceito de segurança e desenvolvimento. Era papel desta disciplina conciliar tradição com o progresso, segurança com desenvolvimento. À disciplina de moral e cívica cabia resgatar os valores da ordem e do civismo, entusiasmando a juventude perante as questões que deveriam ser encaradas com um espírito patriótico em direção ao progresso. Dentre isso

- Aprimorar a pátria dos princípios democráticos consagrados na Constituição Brasileira, sobretudo as referentes à dignidade da pessoa humana no bom sentimento do humano – aos direitos e deveres e liberdade do homem brasileiro – mas não do pseudobrasileiro, isto é, daquele que está a serviço de outra Pátria – à conceituação da família, à individualização da Pátria e à convicção de que o Estado existe para o Homem e não o Homem para o Estado;
- Estimular os valores positivos de sustentação da nacionalidade e da soberania, dando ênfase ao moral, ao civismo e ao espírito religioso;
- Opor-se às doutrinas e às ideologias que contrariam a alma, a consciência e a tradição brasileira;
- Garantir a oportunidade e melhora crescente e acelerada dos padrões econômicos do homem brasileiro;
- Dar à nação, com o máximo empenho, toda a segurança e liberdade indispensáveis ao desenvolvimento acelerado, que propicie o bem-estar e a tranquilidade compatíveis e exigidos por nossa grandeza. (REVISTA DO ENSINO, 1972d e 1974c, p. 22)

A moral e o civismo refletiam a filosofia de um país empenhado em pregar o conjunto de valores basilares para o desenvolvimento de sua nação de forma a possuir uma educação desenhada e modulada para este fim, uma vez que o significado da palavra “civismo”, de acordo com Ferreira (2010, p. 168) retrata a “devoção ao interesse público; patriotismo”, sendo uma prerrogativa bastante propagada no período que compreendeu o chamado “regime militar” no Brasil, sendo, inclusive, descrito da seguinte forma: “a disciplina Educação Moral e Cívica foi um dos grandes projetos dos ditadores para construir valores na sociedade, adequados ao ideal de segurança nacional” (SANTOS VIEIRA *apud* GOES, 2015, p. 1), premissa essa que foi encontrada no impresso em análise.

7 PALAVRAS FINAIS

Chegando ao fim desta pesquisa, se torna pertinente algumas considerações no limite a que ela se propôs. Essa discussão se inicia retornando aos desafios impostos pela lei 5692/71, na década de 1970, onde, já no ano seguinte, em 1972, era necessário implementar as novas modificações feitas; ou seja, para além dos desafios pedagógicos e das questões metodológicas inerentes ao ensino, o contexto de mudança combinado com o momento histórico que o Brasil vivia, incumbia no professorado gaúcho mais essa responsabilidade.

Um primeiro indicativo de responsabilidade que a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul assumiu, se deu quando a própria ampliou seus níveis de atuação, uma vez que tinha como foco apenas o ensino de primeiro grau. Quando o documento aumenta sua área de atendimento, em meio ao contexto em que se vivia, afirma um compromisso de atender a nova demanda que ia surgindo. Tal compromisso reverbera, especialmente, pela relevância social que o impresso possuía e por trabalhar com um propósito comunicativo que alcançava em massa os docentes da época.

Da análise feita e dos resultados apresentados o que se constata é um esforço do documento em apresentar as modificações feitas nos currículos de 1 e 2º grau, considerando a nova legislação em vigor. No que se refere ao 2º grau, a ênfase concentra-se na formação profissionalizante apresentando-a como princípio educativo, reforçando uma alternativa eficaz para a formação de jovens que buscassem a inserção no mercado de trabalho como fator determinante para o desenvolvimento econômico do país.

Há de se considerar, também, que, se tratando de ensino de 2º grau, a Revista traz exemplos de escolas concretas que estavam promovendo essa educação. Do contrário, no entanto, do que se tinha como hipótese de pesquisa, o documento não sugere atividades de cunho puramente pedagógico para os educandos, apenas indica atividades práticas que já fazem referência às profissões disponíveis no mercado de trabalho.

Observa-se, por outro lado, o empenho que o impresso fez em trazer os novos conhecimentos sobre currículo e legislação para seu público, uma vez que nas edições analisadas se propôs a esmiuçar sobre o que estava previsto nas diretrizes

educacionais em vigor. Ainda assim, tratavam-se de informações esparsas e pouco aprofundadas, por mais que sempre fizesse relação entre o ensino de 2º grau e o ensino profissionalizante, pouco aborda com rigor tal discussão.

O empenho do impresso acaba por se centrar, essencialmente, em divulgação da lei sem o compromisso de incumbir para que as ações fossem realizadas em sala de aula. Com isso, por mais que se torne evidente que a Revista do Ensino tenha acompanhado as modificações realizadas no sistema educacional, suas primeiras tentativas de diálogo foram tímidas o que revela, também, uma condição interna de readequação em relação ao que deveria propagar aos seus docentes assinantes.

Ainda assim, julga-se que o trabalho encontrou respostas àquela que foi sua indagação principal – de que maneira a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul materializou em suas páginas as mudanças prescritas para o ensino de 1º e 2º graus preconizadas pela Reforma do Ensino de 1971?, e se coloca ao lado de todas as inúmeras pesquisas que se utilizam deste impresso para suas análises, contribuindo com sua caminhada histórica e desvelando memórias que ainda estão por ser contadas.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Renata Machado de. A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 3 n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. São Paulo: Contexto, 2010.

BANDEIRA, Tainá da Silva. A formação profissionalizante no centro de educação integrada professor Eliseu Viana sob as diretrizes da lei nº 5.692/71, Mossoró/RN. **Tese**. (Doutorado em Educação). – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, 2020.

BARAUSSE, Alberto. A pesquisa em História da Educação: entrevista com Maria Helena Camara Bastos. **Espacio, Tiempo y Educación**, Espanha, v. 4, n. 1, p. 1-23, jan./jul. 2017.

BASTOS, Maria Helena Câmara. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). *In*: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997a. p. 47-92

BASTOS, Maria Helena Camara. Apêndice – A Imprensa Periódica Educacional no Brasil: de 1808 a 1944. *In*: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997b. p. 173-187.

BASTOS, Maria Helena Camara. Idiossincrasias de uma Professora. *In*: RAYS, Osvaldo Alonso (Org.), Trabalho pedagógico. **Realidades e perspectivas**. Porto Alegre: Sulina, 1999a. p. 166-197

BASTOS, Maria Helena Camara. Menezes Vieira e Rui Barbosa: parceiros no projeto de modernização da educação brasileira. *In*: FARIA Filho, Luciano (Org.). **Pesquisa em História da Educação: Perspectivas de análise. Objetos e Fontes**. Belo Horizonte: HG Edições, 1999b. p. 45-68.

BASTOS, Maria Helena Camara. Espelho de papel: a imprensa e a História da Educação. *In*: GATTI JÚNIOR, Décio; ARAUJO, José Carlos Souza (Org.). **Novos temas em História da Educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2002a. p. 151-174

BASTOS, Maria Helena Camara. Espelho de papel: imprensa e história da educação. *In*: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI, Junior, Décio (Org.). **Novas abordagens em história da educação: imprensa e instituições escolares**. Uberlândia: EDUFU; Campinas/ Autores Associados, 2002b. p. 151-174.

BASTOS, Maria Helena Camara. O Jornal das Famílias (1863-1878): leituras das famílias brasileiras. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga, v. 15, n. 2, p.164-214. 2002c.

BASTOS, Maria Helena Camara. **A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul: o novo e o nacional em revista (1939-1942)**. Pelotas: Seiva, 2005.

BASTOS, Maria Helena Camara. A pesquisa em História da Educação nos programas de pós-graduação em educação da Região Sul (1972-2003). *In*: Gondra, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005b.

BASTOS, Maria Helena Camara. Pesquisa em história da educação em revista. *In*: SCHELBAUER, Anaete Regina; LOMBARDI, José Claudinei; MACHADO, Maria Cristina G. (Orgs.) **Educação em debate: perspectivas, abordagens e historiografia**. Maringá: UEM; Campinas: Autores Associados, 2006. p. 99-128.

BASTOS, Maria Helena Camara. A Imprensa de educação e de ensino: repertórios analíticos. O exemplo da França. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 166-168 jan./abr. 2007.

Bastos, Maria Helena Camara. (Org.) Dossiê. **Revista História da Educação**. Santa Maria, v. 17, n. 40, 365 p. maio./ago. 2013a.

BASTOS, Maria Helena Camara. Estações de formação e pesquisa. *In*: MONARCHA, Carlos; GATTI, Junior Décio. (Org.) **Trajetórias na formação do campo da história da educação brasileira**. Uberlândia/MG: EDUFU. 2013b.

BASTOS, Maria Helena Camara. A imprensa de educação e ensino: observatório da formação docente e discente (1950-1980). **Archivos de Ciencia de la Educación**, Argentina, n. 10, p. 2-14. 2016.

BASTOS, Maria Helena. De jardineira para a jardineira: orientações didáticopedagógicas para a educação pré-primária (Revista do Ensino/RS, 1951-1963). **Archivos de Ciencia de la Educación**, Linhas, v. 18, n. 38, p. 63-80, set./dez. 2017.

BASTOS, Maria Helena. Um olhar estrangeiro para a escola brasileira Carl Ernest Zeuner desenhando quadros murais (Revista do Ensino/RS, 1963-1969). **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 2, p. 406-424, mai./ago. 2019.

BATISTA, Eraldo Leme; LIMA, Marcos Roberto. A pedagogia histórico-crítica como teoria pedagógica. **Laplage**, São Carlos, v. 1, n. 3, p. 67-81. 2015.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 27 de dez. 1961.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 12 de ago. 1971.

BULOTAS, Michelle Caroline. O ensino de Língua Portuguesa e a lei 5692/71: mudanças e permanências na coleção didática “Estudo dirigido de Português” (1971-1974). 2017. **Dissertação**. (Mestrado em Educação). – Universidade Federal de do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2017.

CARLOS, Nara Lidiana Silva Dias. O ensino de 2º grau no estado do Rio Grande do Norte: uma história da implantação da lei nº 5.692/1971 (1971-1996). **Dissertação**. (Mestrado em Educação Profissional). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, 2018.

CARVALHO, C. H.; ARAÚJO, J. C. S.; NETO, W. G. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-195). *In*: ARAÚJO, J. C. S.; JÚNIOR, D. G. (Orgs.). **Novos temas em história da Educação Brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

CATANI, Denice Barbara. A imprensa periódica: as revistas do ensino e o estudo do campo educacional. **Revista Educação e Filosofia**, ano 10, n. 20, p. 115-130, jul./dez. 1996.

CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara. (Orgs.) **Educação em revista**. Imprensa periódica e história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

CATANI, Denice Barbara. **A imprensa periódica**: as revistas do ensino e o estudo do campo educacional. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/928/842>. Acesso em: 20 de jun de 2022.

CELLARD, André. Análise documental. *In*: POUPART, Jean et al. (org.) **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2012.

COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. Como escrever um artigo de revisão sistemática. *In*: KOLLER, Sílvia H; COUTO, Maria Clara Paula. do; HOHENDORFF, Jean Von (Org.). **Manual de Produção Científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

ESTACHESKI, Joice. O processo de implantação do ensino de 1º grau instituído pela lei nº 5692/1971 na rede escolar paraense: uma análise da documentação do Conselho Estadual de Educação (1971-1975). **Exame de defesa do Doutorado**. (Doutorado em Educação). – Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos, 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. *In*: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org). **Educação, modernidade e civilização**: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p.89-125.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Pesquisa em História da Educação**: perspectivas de análise, objetos e fontes. Belo Horizonte: HG edições, 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A retórica das reformas. *In*: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; NASCIMENTO, Cecília Vieira; SANTOS, Marileide Lopes (Orgs.). **Reformas educacionais no Brasil**: democratização e qualidade da escola pública.

Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. p. 13-26.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na História da Educação. *In*: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânia Nacif (Org.). **Impressos e Histórias da Educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. p. 15-29.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte” **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano XXIII, no 79, p. 258-272, agosto/2002.

FISCHER, Beatriz Terezinha. Daudt. **Professoras**: histórias e discursos de um passado presente. Pelotas: Seiva, 2005.

FLACH, Simone de Fátima. Direito à educação e obrigatoriedade escolar no Brasil: entre a previsão legal e a realidade. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 11 n. 43, p. 285-303, set., 2011.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 2005

FRIGOTTO, Gaudêncio. Sociedade e educação no governo Bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. **Revista Desenvolvimento e Educação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 118-138, jul./dez. 2021.

FURTADO, Alessandra Cristina; BEZERRA, Giovani Ferreira; MOREIRA, Kênia Hilda. Pesquisas em História da Educação: problematizando o uso de arquivos, documentos e fontes. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 15, n. 2, p. 530-556, jul./dez. 2019.

HOHENDORFF, Jean Von. Como escrever um artigo de revisão de literatura. *In*: KOLLER, Sílvia H; COUTO, Maria Clara Paula. do; HOHENDORFF, Jean Von (Org.). **Manual de Produção Científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

GERVASIO, Simôni Costa Monteiro. Memórias Docentes: o uso da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul a partir da década de 1950 no município de Bagé/RS. 2017. **Especialização**. (Especialista em Educação e Diversidade Cultural) – Universidade Federal do Pampa. Curso de Especialização em Educação e Diversidade Cultural. 2017.

GERVASIO, Simôni Costa Monteiro; BICA, Alessandro Carvalho Bica. “Educar é construir para o infinito”: análise dos discursos transformadores relativos à reforma de 1971 nos editoriais da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1971-1974). **História em Revista**, Pelotas, v. 1, n. 24/1, p. 121-144, ago. 2018a.

GERVASIO, Simôni Costa Monteiro; BICA, Alessandro Carvalho Bica. Retalhos de Memórias: lembranças docentes que recontam o trabalho de sala de aula. **Educere et Educare**, Paraná, v. 13, n. 28, p. 1-16, maio./ago. 2018b.

GERVASIO, Simôni Costa Monteiro. A normatização do ensino primário no Rio Grande do Sul através dos impressos pedagógicos do CPOE/RS e da Revista do Ensino (1947-1971). 2019. **Dissertação**. (Mestrado em Ensino) – Universidade Federal do Pampa. Programa de Pós-Graduação em Ensino, Bagé, 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 1; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henrique e Sérgio Aurélio Nogueira. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IVASHITA, Simone Burioli. Fontes para a História da Educação: a importância dos arquivos. *In*: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED, 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPED Sul, 2014. p. 1-18.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003

LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.) **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânia Nacif (Orgs.). **Impressos e Histórias da Educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

MANSAN, Jaime Valim. Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1971). **Dissertação**. (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2009.

MÉSZAROS, Istvan. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

Nóvoa, António. A imprensa de educação e de ensino. Repertório Analítico (séculos XIX e XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

Nóvoa, António. A imprensa de Educação e Ensino. *In*: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara. (Org.) Educação em Revista. Imprensa Periódica e História da Educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 11-32.

NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. *In*: BASTOS, Maria Helena Camara; CATANI, Denice Barbara (Org.). **Educação em Revista – A Imprensa Pedagógica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. p. 11-31.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e Fontes. *In*: GONDRA, José Gonçalves (Org.) **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 17-62.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001

QUADROS, Claudemir de. Reforma, ciência e profissionalização da educação: o

Centro de Pesquisas e Orientação educacionais do rio Grande do Sul. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2006.

QUADROS, Claudemir de; TAMBARA, Elomar Calegari; BASTOS, Maria Helena Camara. A educação (1930-80). *In*: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (Org.). **História Geral do Rio Grande do Sul - República**: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985). Passo Fundo: Méritos, 2007. Vol.4. p. 315-333.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Editora Educacional LTDA, 1939.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Editora Monumento, 1955.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Editora Monumento, 1964.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Editora Monumento, 1966.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Editora Monumento, 1967.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Sociedade Contábil-Ficha Tríplice, 1968.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Editora Monumento, 1969.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Editora Monumento, 1970.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Edições Tabajara, 1971.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (Corag), 1989.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (Corag), 1992.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. *In*: CARVALHO Maria do Carmo Brant de Carvalho (Org.) **Família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2005.

SANTOS, Darlene Monteiro dos; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. A imprensa pedagógica no Pará em dias de República: a revista A Escola e a Revista do Ensino como instituições de formação (1900-1972). **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 24, p. 1-30. 2020

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. 99 p.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, História, Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 01-12.

SAVIANI, Dermeval. Reflexões sobre o ensino e pesquisa em História da Educação. *In*: GATTI JUNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.). **História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 07-31.

SAVIANI, Dermeval. **História da idéias pedagógicas no Brasil**. 2. ed., Campinas: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. *In*: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar. *In*: SAVIANI, Dermeval (Org). **História do Tempo e Tempo da História: estudos de historiografia e história da educação**. Campinas: Autores Associados, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **A lei da educação – LDB trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2016.

SILVEIRA, Raissa Lamadril da Silva. Os impactos da lei 5692/71 no ensino de Língua Portuguesa: uma análise na edição nº 140 de 1972 da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul. **Trabalho de Conclusão de Curso**. (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal do Pampa. Bagé, 2022.

STOLL, Vitor Garcia. BICA, Alessandro Carvalho. Entre descrições e prescrições: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul como fonte para a História da Educação. **Sillóges**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 2, p. 685-714, jul./dez. 2020.

STOLL, Vitor Garcia. BICA, Alessandro Carvalho; COUTINHO, Cadidja; OSÓRIO, Ticiane da Rosa. Revista do Ensino/RS (1951-1961): um olhar histórico sobre as diretrizes da experimentação no ensino de ciências. **Vidya**, Santa Maria, v. 41, n. 1, p. 93-112, jan./jun. 2021.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Pesquisa em História da Educação: Acervos, arquivos e a utilização de fontes. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v. 3, n. 3, p. 33-47, jul./dez. 2014.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. *In*: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (Org). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica: 2007.

ZANELATO, Italo Ariel. A Teoria do Capital Humano na lei nº 5692/71: o projeto de Educação em questão. **Dissertação**. (Mestrado em Educação). – Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maringá, 2021.